

# RELATÓRIO & CONTAS 2014



**Garantia**  
seguros



# RELATÓRIO & CONTAS

## 2014

Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, SA



**GARANTIA**

Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.

Capital Social 400.000.000\$00 CVE

Matrícula Nº 13

NIF: 200110322

**Sede**

Chã de Areia,

C.P. 138 – Praia

Tel.: (+238) 260 86 00

Fax: (+238) 261 61 17

[www.garantia.cv](http://www.garantia.cv)



Senhores Accionistas,

No cumprimento dos preceitos legais e estatutários instituídos, vem o Conselho de Administração da Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2014.

O Conselho de Administração,



**Índice:**

1.	Órgãos Sociais.....	9
2.	Principais Indicadores.....	11
3.	Apresentação da Garantia.....	12
4.	Enquadramento Macroeconómico.....	12
5.	Evolução do Sector Segurador em Cabo Verde.....	13
6.	Actividade da Companhia.....	14
7.	Recursos Humanos.....	14
8.	Análise Económica e Financeira.....	15
8.1.	Seguro Directo e Resseguro.....	15
8.2.	Comissões e Despesas de Aquisição.....	16
8.3.	Sinistralidade.....	16
8.4.	Custos por Natureza a Imputar.....	17
8.5.	Cobrança.....	17
8.6.	Investimentos.....	17
8.7.	Provisões Técnicas.....	18
8.8.	Representação das Provisões Técnicas.....	19
9.	Resultado e Capital Próprio.....	19
9.1.	Resultados da Companhia.....	19
9.2.	Rácio Combinado.....	19
9.3.	Capitais Próprios.....	19
10.	Perspectiva de Evolução.....	20
11.	Proposta de Aplicação de Resultados.....	20
12.	Considerações Finais.....	21
13.	Relatório do Actuário.....	23
14.	Demonstrações Financeiras.....	25
15.	Anexo às Contas.....	31
16.	Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	93



---

**1. Órgãos Sociais**

---

**Assembleia-Geral**

Presidente:	Dr. David Hopffer Almada
Vice Presidente	Dr. Amaro Alexandre da Luz
Secretário:	Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

---

**Conselho de Administração**

Presidente:	Prof. Dr. António José de Castro e Guerra (até 26 de Maio de 2014) Dr. Eugénio Manuel dos Santos Ramos (a partir do dia 26 de Maio de 2014)
Vogal:	Dr. Jorge Fernando Gonçalves Alves
Vogal:	Dr. Adérito Tavares Fernandes
Vogal:	Dra. Maria Eduarda Simões Lopes Branco Vicente (até o dia 01 de Outubro de 2014) Dr. Francisco Pinto Machado Costa (a partir do dia 01 de Dezembro de 2014)
Vogal:	Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda

---

**Conselho Fiscal**

Fiscal Único	Deloitte & Associados, SROC, SA
Suplente	Carlos Luis Oliveira de Melo Loureiro

---



## 2. Principais Indicadores

	2012	2013	2014
<b>Comercial</b>			
Prémios de Seguro Directo (em contos)	1.347.472	1.237.994	1.161.578
Quota de Mercado (* Setembro/14)	62%	58%	57% *
N.º de Agências	11	11	11
Taxa de Comissionamento	1,3%	1,5%	1,7%
<b>Cedência</b>			
Taxa de Cedência	63%	61%	51%
Taxa de Comissionamento de Resseguro	20%	25%	24%
<b>Sinistralidade</b>			
Sinistralidade Global SD (= C. C/ Sinistro / Prémio)	32%	33%	40%
Sinistralidade Directa SD (= C. C/ Sinistro / Prem. Ad.)	30%	31%	41%
Sinistralidade Global Liq. de Resseguro Cedido	35%	39%	44%
C. C. Sinistro RC / Prémio RC	30%	29%	37%
C. C. Sinistro RC / C. C. Sinistro SD	59%	54%	47%
<b>Autonomia Financeira e Solvabilidade</b>			
Cobertura de Margem de Solvência	320%	350%	326%
Cobertura das Provisões Técnicas	120%	122%	112%
Autonomia Financeira (= Cap. PP / Prov. Técnc.)	94%	98%	90%
Solvabilidade Total (= Cap. PP / Passivo)	55%	58%	54%
Evolução dos Capitais Próprios	1%	4%	-2%
<b>Resultados</b>			
Resultado Líquido	89.153	79.622	170.897
Resultado Técnico	121.786	86.736	261.515
Res. Líq. / Prémios Adq. Liq. RC	18%	16%	30%
Produtividade da Carteira (= Res. Técnc. / Prémio Líq.)	24%	18%	46%
<b>Combined Ratio - Segmento Não Vida</b>			
Combined Ratio	64%	66%	79%
Combined Ratio Líquido	93%	89%	94%
<b>Custos de Gestão</b>			
Custos P. Nat. Imp. / Prémios SD	31%	33%	37%
Custos C. Pessoal / Prémios SD	15%	15%	18%
Custos C. Pessoal / Custos P. Nat. Imp.	47%	46%	47%
Custo Médio P. Empregado	2.130.771	1.969.547	2.064.424

### 3. Apresentação da Garantia

A Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde S A, resultou da cisão do ex - Instituto de Seguros e Previdência Social (ISPS) ocorrida em 30 de Outubro de 1991, nos termos do Decreto-Lei nº 136/91 de 2 de Outubro, tendo-lhe sido transmitido todos os activos e passivos relacionados com o sector segurador.

O Decreto-Lei nº 70/98 de 31 de Dezembro autoriza a alienação de parte das acções detidas pelo Estado na Garantia. A Resolução nº 74/98, da mesma data, aprovou a regulamentação do concurso internacional para a aquisição das respectivas acções, bem como a escolha dos parceiros estratégicos para o desenvolvimento das Instituições Financeiras do País.

No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, conforme Resolução do Conselho de Ministros nº 46/99 de 27 de Setembro de 1999, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos e pelo Banco Interatlântico adquiriu 95% da participação do Estado na Companhia, passando a estrutura accionista a ser a seguinte:

- Agrupamento Caixa Geral de Depósitos / Banco Interatlântico: 45,9%;
- Banco Comercial do Atlântico: 35%;
- Instituto Nacional de Previdência Social: 12,2%;
- Correios de Cabo Verde: 4,5%;
- Estado de Cabo Verde: 2,4%.

No ano de 2014, a Fidelidade adquiriu a totalidade da participação do Agrupamento Caixa Geral de Depósitos / Banco interatlântico, no capital social da Garantia e uma parte da participação do Banco Comercial do Atlântico na Garantia. Também, o Estado de Cabo Verde alienou 3.105 acções aos trabalhadores. A estrutura accionista passou a ser a seguinte:

- Companhia de Seguros Fidelidade SA: 55,8945%;
- Banco Comercial do Atlântico: 25,00%;
- Instituto Nacional de Previdência Social: 12,19%;
- Correios de Cabo Verde: 4,50%;
- Trabalhadores da Garantia: 1,5525%;
- Estado de Cabo Verde: 0,863%.

A Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde SA iniciou a sua actividade em 01 de Novembro de 1991 e, desde então, ocupa lugar de relevo na economia cabo-verdiana, com uma forte implementação no mercado e uma grande solidez financeira.

Oferece aos seus clientes soluções variadas no ramo não vida e vida, cobrindo os mais diversos riscos de danos patrimoniais e corporais.

Beneficiando das sinergias proporcionadas com a sua ligação ao Banco Comercial do Atlântico e à Companhia de Seguros Fidelidade SA (Seguradora Portuguesa) a Garantia, ao longo desses anos, manteve-se sempre a líder no sector segurador cabo-verdiano.

Ciente das responsabilidades que a posição de liderança impõe, a Garantia tem como valores:

- Respeito pelos princípios éticos e à transparência de conduta com as partes interessadas;
- Actuação proactiva e focada no cliente;
- Qualidade nos processos e no atendimento aos clientes;
- Qualidade no relacionamento interno, com base em factores de confiança e solidez;
- Capital humano como diferencial competitivo;
- Trabalho em equipa como factor de integração e produtividade;
- Valorização do trabalho inovador;
- Responsabilidade sócio ambiental;
- Gestão com foco no resultado e no atendimento às expectativas dos clientes, parceiros e accionistas.

### 4. Enquadramento Macroeconómico

Em 2014, apesar dos tímidos sinais de recuperação das economias mais avançadas (como a dos EUA, Reino Unido e da Zona Euro), o Fundo Monetário Internacional mantém a previsão de desaceleração da economia global, impulsionado pelo desempenho menos favorável das economias emergentes e pelo fraco desempenho das economias da Zona Euro.

O Fundo Monetário Internacional estima um crescimento de 3,3% para o PIB mundial, de 2,2% para o PIB dos EUA, de 3,2% para o Reino Unido, de 0,8% para a Zona Euro, de 5,1% para África Subsariana e de 7, 4% para China.

O continente africano manteve, em 2014, uma taxa média de crescimento de, aproximadamente, 4% - 5%. Isto contrasta com os 3% da economia mundial e sublinha a resiliência do continente africano às contrariedades globais e regionais. O desempenho do crescimento variou entre grupos de países e entre regiões. O crescimento na África Subsariana foi de 5,1%. Da África Oriental e Ocidental foi acima dos 6%.

Bastante condicionada pelo contexto internacional, em especial da União Europeia, a situação económica e financeira de **Cabo Verde** continua adversa.

Os efeitos dos choques externos são agravados pela fraca confiança dos agentes económicos nacionais, pese embora a tendência de recuperação nos indicadores de consumo e investimentos registada em 2014. Tem-se assistido a um contínuo abrandamento da dinâmica económica cabo-verdiana e, segundo o Banco de Cabo Verde, o crescimento do PIB cabo-verdiano para 2014 está estimado entre 1% a 2,5%.

O indicador de consumo reforçou a sua tendência de recuperação, suportado pela evolução favorável do consumo de bens duradouros e também pela inversão da tendência desfavorável do consumo de bens não duradouros.

O indicador da formação bruta de capital fixo manteve um acentuado crescimento ao longo de 2014, suportado pelo aumento significativo das importações de bens de construção, de equipamentos e de materiais de transporte.

O decréscimo do investimento é, em grande parte, explicado pelo agravamento das condições internas de financiamento do sector privado e pela tendência de redução dos investimentos públicos.

O sector do Turismo, visto como o motor da economia, apresentou um desempenho desfavorável ao longo de 2014, explicado, por um lado, pela redução da procura turística e, por outro lado, pelo natural ajustamento dos preços por parte dos operadores turísticos como forma de manterem a quota de mercado. Dados do Instituto Nacional de Estatísticas indicam que, em Setembro de 2014, o número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros apresentava uma queda na ordem dos 5,5% em termos homólogos (que compara ao aumento de 5% até Setembro de 2013).

A queda da procura turística ficou a dever-se, sobretudo, a estabilização política e social no Norte de África (Tunísia e Egipto), ao agravamento da concorrência por parte da Turquia, ao temor de contágio do ébola e aos efeitos em 2014 do agravamento fiscal ocorrido em 2013.

O impacto da crise internacional, a seca e os efeitos do Vulcão do Fogo farão com que o crescimento económico, em 2015, se cifre entre 1,5% - 2%.

## 5. Evolução do Sector Segurador em Cabo Verde

A crise financeira mundial, o abrandamento da economia nacional e o decréscimo do nível do preço, fizeram com que o exercício de 2014 continue sendo de retracção da actividade seguradora em Cabo Verde.

Em Setembro de 2014, a produção de seguro directo limitava-se a 1.608.181 contos, o que representa uma quebra de 47.739 contos (-2,9%), motivada pelo segmento Não-Vida cujo decréscimo foi de 47.382 contos (-3,0%).

O segmento Vida decresceu 357 contos (0,4%), mantendo o seu peso no total de produção de 5% (em Setembro de 2013).

Os agregados Automóvel e Transportes foram aqueles que apresentavam as maiores quebras de 2014, com um decréscimo no volume de prémios de seguro directo de 34.939 contos e 33.182 contos, respectivamente.

No seguro automóvel, o mais representativo na estrutura da carteira de prémios, a competitividade continua com um forte impacto, provocando a diminuição no nível de preços praticados.

Por causa do comportamento do agregado Transporte Marítimo, a taxa de sinistralidade do mercado foi de 46%, 12 p.p. superior ao registado em Setembro de 2013.

A taxa de cedência foi de 46% em Setembro de 2014 e de 54% em Setembro de 2013.

## 6. Actividade da Companhia

O ano de 2014 foi, essencialmente, de implementação/consolidação de projectos que tiveram origem em 2013 e não só. Efectivamente durante o ano de 2014 consolidou-se os seguintes projectos:

- Afirmação, do produto "Vida Protecção Garantida"; como mais uma alternativa em seguros de vida (essencialmente, para clientes de baixa e/ou média renda);
- Lançamento do Produto PPR/E – Plano Poupança Reforma Educação;
- Implementação efectiva do Garantia Mobile e dos novos canais de Cobrança;
- Consolidação da Qualidade como um diferencial estratégico, onde as novidades foram:
  - Implementação do Gabinete de Marketing e Qualidade;
  - Renovação do certificado de Sistema de Gestão Orientada pela qualidade nos termos da ISO 9001:2008;
- Aquisição do novo servidor AS 400 que veio aumentar a capacidade de resposta da Companhia, conferindo maior rapidez no atendimento ao cliente.

Ainda importa referir que:

- A Companhia foi eleita pela 5ª vez consecutiva a seguradora em que os cabo-verdianos mais confiam;
- Em resultado de um estudo realizado internamente no 2º semestre de 2013, apurou-se, em 2014, um índice de satisfação de 83%.

No âmbito da sua política de Responsabilidade Social, a Companhia tem desempenhado um papel significativo no apoio ao desenvolvimento económico e social do país. Tem actuado em várias áreas da sociedade, desenvolvendo acções de mecenato, de solidariedade e de beneficência, apoiando projectos com impacto social e cultural manifesto através da sua política de responsabilidade social assente nos seguintes pilares:

- Cultura;
- Desporto;
- Educação;
- Solidariedade;
- Ambiente.

Além de participar activamente na economia e vida social do país, a Garantia tem procurado desenvolver produtos e parcerias que potenciem a protecção de todas as camadas sociais.

O lançamento do seguro de vida Protecção Garantia e dos PPR/E – Plano poupança Reforma/Educação, o apoio às vítimas do vulcão do Fogo e a realização de feiras da saúde constituíram os eventos mais importantes na afirmação da preocupação que a Companhia tem para com a protecção e o bem-estar dos cabo-verdianos

## 7. Recursos Humanos

Sendo esta área fundamental para o aumento da competitividade, e estando num cenário de crise, ela mereceu uma atenção redobrada, traduzida no aumento do rigor do sistema de avaliação de desempenho, através de medição objectiva das metas alcançadas e da produtividade.

A 31 de Dezembro de 2014, a Garantia contava com um total de 99 colaboradores, o que significa um aumento de 4 colaboradores face a 2013.

A idade média e o nível de antiguidade médio dos colaboradores mantiveram-se nos 43 anos e 15 anos, respectivamente.

Relativamente à distribuição por géneros, temos uma predominância das mulheres relativamente aos homens a exercer funções na Companhia (60 contra 39), constituindo um indicador positivo para a igualdade e equidade do género.

Em termos de grau académico, continua a predominância de colaboradores com ensino secundário, mas com uma clara tendência decrescente (48 colaboradores em 2014 e 52 em 2013). O apoio que a Companhia dá aos seus colaboradores que pretendem continuar com os estudos académicos contribuiu para um aumento de 9 colaboradores com curso superior.

No aspecto da formação, destacam-se as acções desenvolvidas sobre o novo produto lançado no mercado, o PPR/E, a finalização da acção de formação sobre a Prevenção e Combate à Lavagem de Capitais na Actividade Seguradora e a acção de formação transversal sobre a Subscrição de Negócios Não Vida.

## 8. Análise Económica e Financeira

## 8.1. Seguro Directo e Resseguro

O número de apólices em vigor, ao longo do ano de 2014, foi de 50.321 (3.727 a mais que em 2013). No entanto, perante a persistência da recessão económica e da forte concorrência, a Garantia teve que manter uma política de tarifários competitivos para conseguir fidelizar os clientes rentáveis.

Em 2014, os prémios de seguro directo da Garantia totalizaram um valor de 1.161.578 contos, correspondente a um decréscimo de 6% face ao ano anterior. Esta diminuição é justificada pela variação negativa nos ramos de aéreo casco, multi-risco profissional, responsabilidade civil geral e caução, que caíram 62.703 contos (-84%), 8.776 contos (-11%), 7.861 contos (-11%), 8.499 contos (-42%) respectivamente.

	Prémio de seguro directo (em contos):						
	2012		2013		2014		
	Prémios	Var.	Prémios	Var.	Prémios	Var.	Peso
<b>Vida</b>	<b>54.434</b>	<b>7%</b>	<b>52.689</b>	<b>-3%</b>	<b>50.241</b>	<b>-5%</b>	<b>4%</b>
<b>Não-vida</b>	<b>1.293.037</b>	<b>-8%</b>	<b>1.185.305</b>	<b>-8%</b>	<b>1.111.337</b>	<b>-6%</b>	<b>96%</b>
Acidentes e doenças	181.477	11%	182.942	1%	193.258	6%	17%
Incêndio e outros danos	188.083	-36%	233.094	24%	227.601	-2%	20%
Automóvel	564.341	-5%	540.411	-4%	544.776	1%	47%
Transportes	260.108	0%	134.871	-48%	68.074	-50%	6%
Responsabilidade civil geral	70.176	-1%	73.585	5%	65.724	-11%	6%
Diversos	28.853	-5%	20.402	-29%	11.904	-42%	1%
<b>Total</b>	<b>1.347.472</b>	<b>-8%</b>	<b>1.237.994</b>	<b>-8%</b>	<b>1.161.578</b>	<b>-6%</b>	<b>100%</b>

O ramo seguro obrigatório de acidentes de trabalho (no agregado acidentes e doenças), apresentou um aumento de 8.091 contos (9%).

O segmento vida apresentou um decréscimo de 2.448 contos (-5%), devido ao ramo vida crédito hipotecário que decresceu 4.579 contos (22%).

O agregado automóvel continua a ser o mais expressivo, com um peso de 47% na estrutura da carteira (face aos 44% em 2013).

A taxa de cedência foi de 51% contra 61% do ano anterior e 63% de 2012. A taxa média de comissionamento de resseguro cedido foi de 24% em 2014, 25% em 2013 e 20% em 2012.

Em Setembro de 2014, a Garantia tinha uma quota de mercado de 50,5% no agregado vida e 57,4% no agregado não-vida. No fim do exercício anterior, estas taxas eram de 46,4% e 58,3%, respectivamente.

## 8.2 Comissões e Despesas de Aquisição

As comissões de mediação, corretagem e restantes custos de aquisição directos atingiram o montante 20.073 contos, 10% superior ao ano anterior.

Comissão de seguro directo (em contos):

	2012		2013		2014		
	Comissão	Comissão	Var.	Tx. Com.	Comissão	Var.	Tx. Com.
<b>Vida</b>	<b>1.090</b>	<b>1.079</b>	<b>-1%</b>	<b>2%</b>	<b>1.207</b>	<b>12%</b>	<b>2%</b>
<b>Não-vida</b>	<b>16.378</b>	<b>17.107</b>	<b>4%</b>	<b>1%</b>	<b>18.865</b>	<b>10%</b>	<b>2%</b>
Acidentes e doenças	3.852	4.268	11%	2%	3.993	-6%	2%
Incêndio e out. danos	2.884	3.050	6%	1%	4.968	63%	2%
Automóvel	5.784	5.628	-3%	1%	6.228	11%	1%
Transportes	1.336	1.447	8%	1%	1.342	-7%	2%
Responsab. civil geral	2.254	2.470	10%	3%	2.163	-12%	3%
Diversos	268	244	-9%	1%	171	-30%	1%
<b>Total</b>	<b>17.469</b>	<b>18.186</b>	<b>4%</b>	<b>1,5%</b>	<b>20.072</b>	<b>10%</b>	<b>1,7%</b>

As despesas de aquisição imputadas foram de 124.385 contos, 1% (1.083 contos) inferior ao exercício de 2013.

## 8.3 Sinistralidade

No exercício de 2014, no âmbito da revisão dos processos de sinistros (sobretudo do ramo automóvel), a Garantia fez uma actualização do valor das provisões para sinistros, que levou ao aumento dos custos com sinistros.

Sem os custos de gestão imputados, em Dezembro de 2014, os custos com sinistros foram de 470.293 contos, isto é, 16% superior a Dezembro de 2013.

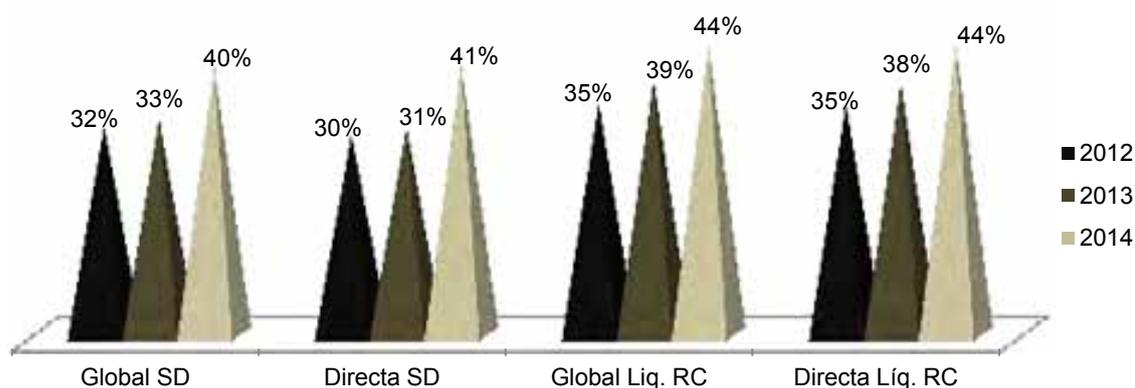
Sinistro de Seguro Directo (em contos):

	2012		2013		2014		
	Sinistro	Sinistro	Var.	Taxa Sin.	Sinistro	Var.	Taxa Sin.
<b>Vida</b>	<b>-2.718</b>	<b>1.000</b>	<b>137%</b>	<b>2%</b>	<b>4.726</b>	<b>373%</b>	<b>9%</b>
<b>Não vida</b>	<b>428.796</b>	<b>403.379</b>	<b>-6%</b>	<b>34%</b>	<b>465.567</b>	<b>15%</b>	<b>42%</b>
Acidentes e doenças	41.487	22.562	-46%	12%	17.996	-20%	9%
Incêndio e outros danos	6.491	9.243	42%	4%	34.532	274%	15%
Automóvel	346.882	281.718	-19%	52%	341.678	21%	63%
Transportes	1.830	73.733	3928%	55%	66.651	-10%	98%
Responsabilidade Civil G.	5.703	2.658	-53%	4%	5.879	121%	9%
Diversos	26.402	13.465	-49%	66%	-1.169	-109%	-10%
<b>Total</b>	<b>426.079</b>	<b>404.379</b>	<b>-5%</b>	<b>33%</b>	<b>470.293</b>	<b>16%</b>	<b>40%</b>

Os custos com sinistros de seguro directo, acrescido dos custos por natureza imputados, foram de 538.731 contos, face aos 472.077 contos de 2013.

Os custos com sinistros acrescidos dos custos imputados e líquidos de resseguro cedido foram de 316.034 contos, face aos 254.766 contos de 2013.

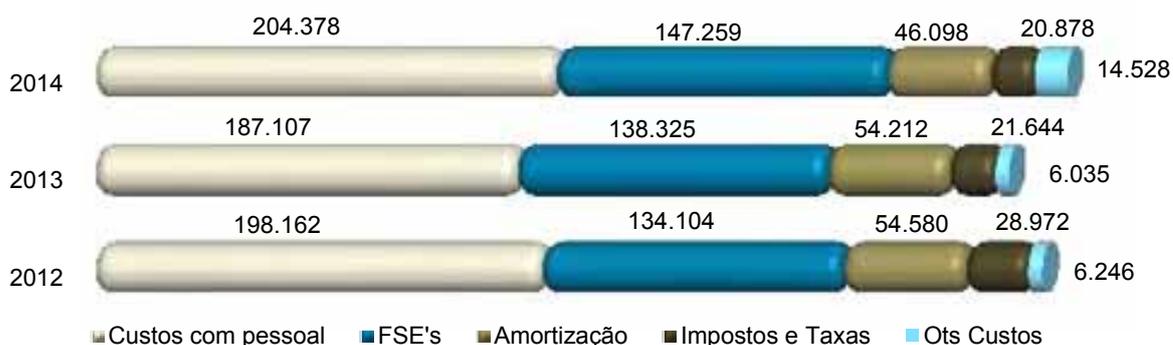
As taxas de sinistralidade tiveram o seguinte comportamento:



#### 8.4 Custos por Natureza a Imputar

Em 2014, o montante total dos custos por natureza a imputar foi de 433.140 contos, isto é, 25.817 contos (6%) acima do registado no exercício de 2013.

Evolução dos custos por Natureza (em contos):



As rubricas de custos com pessoal e fornecimentos e serviços externos aumentaram 17.271 contos (9%) e 8.934 contos (6%), respectivamente. Em contrapartida, os custos com amortização e impostos e taxas decresceram 8.114 contos (15%) e 766 contos (4%). Dentro do agregado outros custos, temos o custo com comissões por operações de título pago a quando da alienação de um lote de acções do Banco Comercial do Atlântico.

Esta evolução positiva dos custos por natureza, face ao decréscimo de 6% no volume de negócios, fez com que o peso desta rubrica no montante de prémios de seguro directo aumentasse 4 p.p. (37% em 2014 e 33% em 2013).

#### 8.5 Cobrança

Ao longo do exercício de 2014, a Garantia teve um volume de máximo cobrável de 1.382.817 contos, menos 3% que o ano anterior. Conseguiu cobrar 88% deste valor. Em 2013, a taxa de cobrança havia sido de 86%.

A Garantia terminou o exercício de 2014 com um montante global de prémios em cobrança 164.380 contos, que corresponde a um decréscimo de 26% face ao ano anterior.

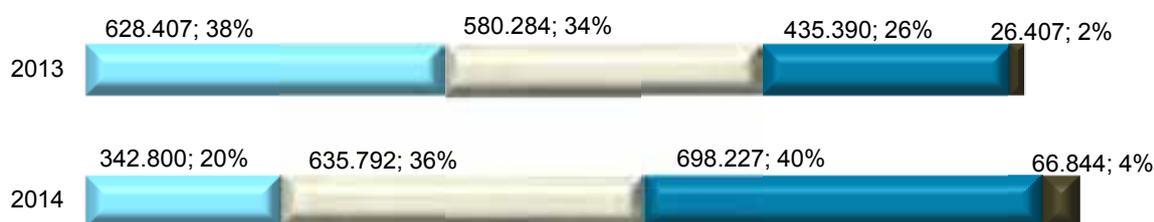
A provisão para prémios em cobrança foi feita de acordo com o Aviso nº 2/2005 de 29 de Agosto do Banco de Cabo Verde. A 31 de Dezembro de 2014, a taxa de provisionamento era de 34%. No ano anterior, foi de 25%.

#### 8.6 Investimentos

Incluindo os depósitos a ordem e caixa, a carteira de investimentos da Garantia, em 2014, atingiu o valor de 1.743.663 contos, 5,8% superior ao ano anterior.

Devido à alienação de um lote de acções de Banco Comercial do Atlântico, as variações mais acentuadas foram nas rúbricas de activos disponíveis para venda e empréstimos a receber, que apresentaram um decréscimo de 285.607 contos e 262.838 contos, respectivamente.

Composição (em milhares de contos) e estrutura (em %) da carteira de investimentos:



■ Activos disponíveis para venda ■ Terrenos e edifícios ■ Empréstimos a receber ■ Depósitos a ordem e Caixa

Os rendimentos e ganhos obtidos com os investimentos feitos totalizaram a quantia de 266.334 contos, 224.930 contos (543%) a mais que 2013.

## 8.7 Provisões Técnicas

O total das Provisões Técnicas foi de 1.142.595 contos, correspondente a um acréscimo de 71.933 contos (7%) face a 2013.

	2012		2013		2014	
	Valor		Valor	Var.	Valor	Var.
Provisão p/ prémios n/ adquiridos	216.672		168.808	-22%	175.651	4%
Provisão Matemática	12.477		12.967	4%	14.526	12%
Provisão para sinistros	839.878		888.886	6%	952.418	7%
De vida	5.274		6.274	19%	6.000	-4%
De acidentes de trabalho	198.879		190.907	-4%	184.122	-4%
De automóvel	593.904		574.029	-3%	614.310	7%
De outros ramos	41.821		117.675	181%	147.986	26%
Provisão para riscos em curso	1.157		0	-	0	-
<b>Total de Provisões Técnicas</b>	<b>1.070.184</b>		<b>1.070.661</b>	<b>0%</b>	<b>1.142.594</b>	<b>7%</b>
<b>Provisões Técn. de Res. Cedido</b>	<b>592.005</b>		<b>578.589</b>	<b>-2%</b>	<b>605.176</b>	<b>5%</b>
<b>Provisões Técnicas Líquidas</b>	<b>478.179</b>		<b>492.073</b>	<b>3%</b>	<b>537.418</b>	<b>9%</b>

A Garantia, além do acompanhamento actuarial das provisões para sinistro feito pela actuária interna, recorre também a análises de provisões para sinistros aos ramos automóvel e acidentes de trabalho, por serem os mais significativos, feitas por actuários externos, a empresa Magentakconcept – Consultores, Lda., representada pelo Professor Doutor Pedro Corte Real.

**8.8 Representação das Provisões Técnicas**

No final do exercício de 2014, a Garantia tinha um montante de activos passíveis de representação das provisões técnicas de 1.296.241 contos, atingindo assim um rácio de cobertura das provisões técnicas de 112%. Superou as responsabilidades assumidas em 141.658 contos.

	(Unidades: em contos)		
	2012	2013	2014
Depósitos em instituições de crédito	126.364	176.678	399.059
Títulos de rendimento fixo	309.397	281.877	117.461
Activos disponíveis para venda	451.217	437.443	319.906
Terrenos e edifícios	374.546	382.763	380.982
Depósito a ordem e caixa	16.139	26.407	66.844
<b>Total</b>	<b>1.277.663</b>	<b>1.305.168</b>	<b>1.284.252</b>
<b>Provisões técnicas de seguro directo</b>	<b>1.070.184</b>	<b>1.070.661</b>	<b>1.142.594</b>
<b>Cobertura das responsabilidades</b>	<b>119%</b>	<b>122%</b>	<b>112%</b>

O montante total da margem de solvência exigível era de 283.566 contos e os elementos constitutivos da margem eram de 923.660 contos. Assim, o rácio de cobertura da margem de solvência situou-se em 326% face aos 350% do ano anterior. Esta evolução negativa justifica-se pela adopção de metodologia de cálculo mais conservador/prudente que considera os custos com sinistros imputados e a dedução do valor da estimativa dos dividendos a distribuir do exercício 2014.

Assim, a Companhia tem inteiramente cobertas as suas responsabilidades para com os segurados e terceiros, cumpriu os limites estabelecidos em relação a aplicações financeiras, bem como os níveis de margem de solvência e do fundo de garantia, excedendo os valores mínimos legalmente fixados.

**9. Resultado e Capital Próprio****9.1 Resultados da Companhia**

O resultado líquido, de 2014, cresceu 114,6% face ao do ano transacto, impulsionado pelos ganhos resultantes da alienação de um lote de acções do Banco Comercial do Atlântico.

O resultado por acção subiu de 398 escudos para 854 escudos.

**9.2 Rácio Combinado**

O rácio combinado líquido de resseguro, para o segmento não-vida foi de 93,7%, traduzindo uma subida de 5,0 p.p. face ao do ano anterior.

O loss ratio líquido de resseguro aumentou (de 39,7% para 45,4%). O efeito desta subida foi amortecido pela descida da expense ratio (de 49,0% para 48,3%).

**9.3 Capitais Próprios**

Os Capitais Próprios atingiram o valor de 1.025.636 contos, o que representa um decréscimo de 2% face ao ano anterior. Este decréscimo foi impulsionado pela rubrica de Reservas de Reavaliação, que diminuiu 196.104 contos (53%). A rentabilidade dos capitais próprios foi de 16,7%, face aos 7,6% do ano anterior.

## 10. Perspectiva de Evolução

Em Cabo Verde as perspectivas para 2015 não são animadoras. O impacto da crise internacional, da seca e da erupção do Vulcão do Fogo farão sentir-se no crescimento económico.

A evolução da actividade seguradora está directamente ligada à evolução da economia, daí que não se prevê alterações significativas ao cenário vivido em 2014.

Em termos de estrutura de carteira, perspectiva-se para 2015 um aumento do peso do ramo Vida com dinamização da comercialização dos produtos Plano Poupança Reforma/Educação. Porque não se prevê uma recuperação significativa para a economia, associado ao desinvestimento por parte do Estado não prevemos alterações significativas para o ramo Não Vida.

Para 2015, a Companhia pretende consolidar a sua quota de mercado sem descuidar a rentabilidade técnica dos ramos vida e não vida. Dará principal destaque à diversificação da carteira de apólices; a diversificação dos canais de distribuição e optimização da sua integração; dinamização da venda dos seguros Plano Poupança Reforma e melhoria contínua da qualidade de serviços.

## 11. Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado do exercício decorrente da Actividade Seguradora do Exercício de 2014 foi de 170.896.750,83 CVE (cento e setenta milhões, oitocentos e noventa e seis mil, setecentos e cinquenta e sete escudos e setenta e nove centavos).

De acordo com o disposto nos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração vem propor a seguinte aplicação:

- Reserva Legal: 17.089.675,08
- Distribuição de dividendos: 68.358.700,33
- Outras Reservas: 85.448.375,42

**12. Considerações Finais**

Ao terminar este relatório o Conselho de Administração manifesta o seu profundo agradecimento a todas as pessoas e instituições que mais contribuíram para os resultados alcançados no exercício, e em especial:

Ao Ministério das Finanças e ao Banco de Cabo Verde pelo diálogo construtivo que sempre mantiveram com o Conselho de Administração;

À Mesa da Assembleia-Geral e ao Fiscal Único, pelo interesse, disponibilidade e empenho sempre presentes no acompanhamento e controlo da actividade da empresa;

Aos Mediadores, Corretores e Resseguradores pelo apoio prestado e pela confiança com que honram a Companhia;

À Companhia de Seguros Fidelidade SA por todo o apoio prestado;

A todos os colaboradores que, com profissionalismo, dedicação e competência, tornaram possível a obtenção dos resultados verificados e a contínua valorização da Garantia.

Para os nossos clientes, gostaríamos de deixar aqui uma especial palavra de reconhecimento pela preferência pela Garantia e pelo estímulo para uma melhoria permanente da qualidade de serviço.

Data 13 de Fevereiro de 2015

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,**

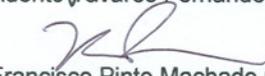
Dr. Eugénio Manuel dos Santos Ramos – Presidente do Conselho de Administração



Dr. Jorge Fernando Gonçalves Alves – Vogal do Conselho de Administração



Dr. Adérito Tavares Fernandes – Vogal do Conselho de Administração



Dr. Francisco Pinto Machado Costa – Vogal do Conselho de Administração



Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda – Vogal do Conselho de Administração



## 13. Relatório do Actuário

As principais conclusões a que se chegaram na análise efectuada às Provisões Técnicas de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente Portaria nº 110/78 de 31 de Dezembro, o Aviso nº 1/2000 e o Aviso nº 14/99 emitidas pelo Banco de Cabo Verde - BCV foram:

## Provisões Técnicas – Não Vida

As provisões técnicas estão calculadas de acordo com a legislação em vigor.

Em 31 de Dezembro de 2014, o montante das provisões técnicas para sinistros e das provisões matemáticas dos ramos não-vida eram globalmente suficientes.

(Ver relatório actuarial)

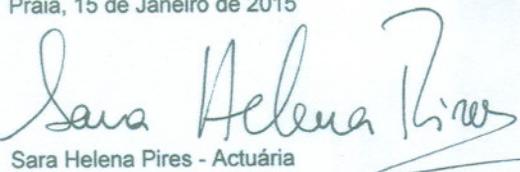
## Provisões Técnicas – Vida

As provisões matemáticas do Ramo Vida foram determinadas de acordo com as bases técnicas aprovadas pelo Banco de Cabo Verde.

Os valores das provisões matemáticas do Ramo Vida, em 31 de Dezembro de 2014, obedecem aos princípios e aos métodos de cálculo estabelecidos no Aviso nº 14/99.

Considerando os factos anteriormente mencionados, têm-se por adequadas as provisões matemáticas do Ramo Vida.

Praia, 15 de Janeiro de 2015



Sara Helena Pires - Actuária

Sócio nº 558 do Instituto dos Actuários Portugueses



#### **14. Demonstrações Financeiras**

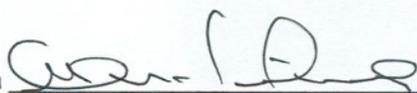
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Balanço do Exercício



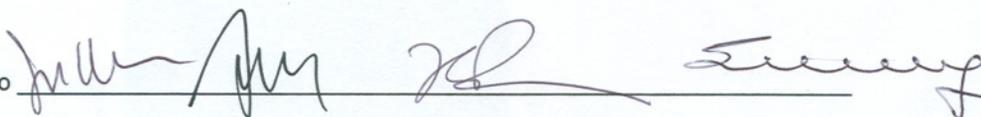
Activo	Valor bruto	Imparidade e amortização	Valor líquido
Depósito Bancário e Caixa	66.844	0	66.844
Activos disponíveis para venda	367.514	24.714	342.800
Empréstimos e contas a receber	710.217	11.990	698.227
Outros empréstimos	129.450	11.990	117.460
Outros depósitos	580.767	0	580.767
Terrenos e edifícios	672.017	36.225	635.792
Serviço próprio	387.435	36.225	351.210
Rendimento	284.582	0	284.582
Outros activos tangíveis	412.897	285.521	127.377
Inventários	1.362	0	1.362
Outros activos intangíveis	118.861	102.334	16.527
Provisões técnicas de resseguro cedido	605.176	0	605.176
Provisão para prémios não adquiridos	92.910	0	92.910
Provisão matemática	7.479	0	7.479
Provisão para sinistros	504.787	0	504.787
Outros devedores por operações	478.813	88.777	390.035
Seguro directo	255.888	55.969	199.919
Resseguro	83.047	3.663	79.384
Outras operações	139.877	29.145	110.732
Activos por impostos	25.277	0	25.277
Activos por impostos correntes	9.253	0	9.253
Activos por impostos diferidos	16.024	0	16.024
Acréscimos e diferimentos	26.757	0	26.757
<b>Total de Activo</b>	<b>3.485.735</b>	<b>549.561</b>	<b>2.936.174</b>

(Em contos)

Directora Financeira



Conselho de Administração




Passivo e capital próprio	Valor bruto	Imparidade amortização	Valor líquido
Capital Próprio			
Capital	400.000	0	400.000
Reservas de reavaliação	172.796	0	172.796
Por ajustamentos activos financeiros	172.796	0	172.796
Por revalorização de terrenos e edifícios	0	0	0
Reserva por impostos diferidos	-43.697	0	-43.697
Outras reservas	279.621	0	279.621
Resultados transitados	46.019	0	46.019
Resultado do exercício	170.897	0	170.897
<b>Total do capital Próprio</b>	<b>1.025.636</b>	<b>0</b>	<b>1.025.636</b>
Passivo			
Provisões técnicas	1.142.595	0	1.142.595
Provisão para prémios não adquiridos	175.651	0	175.651
Provisão para seguros e operações do ramo vida	14.526	0	14.526
Provisão para sinistros	952.418	0	952.418
De vida	6.000	0	6.000
De acidentes de trabalho	184.122	0	184.122
De automóvel	614.310	0	614.310
De outros ramos	147.986	0	147.986
Outros passivos financeiros	204.349	0	204.349
Depósitos recebidos de resseguradoras	204.283	0	204.283
Outros	66	0	66
Outros credores por operações de seguros	332.179	0	332.179
Seguro directo	117.259	0	117.259
Resseguro	138.010	0	138.010
Outras operações	76.910	0	76.910
Passivos por impostos	101.054	0	101.054
Impostos correntes	39.347	0	39.347
Impostos diferidos	61.707	0	61.707
Acréscimos e diferimentos	56.232	0	56.232
Outras provisões	74.129	0	74.129
<b>Total do passivo</b>	<b>1.910.538</b>	<b>0</b>	<b>1.910.538</b>
<b>Total do passivo e capital próprio</b>	<b>2.936.174</b>	<b>0</b>	<b>2.936.174</b>

Directora Financeira

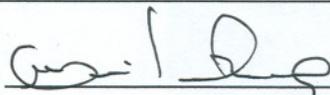


Conselho de Administração



Ganhos e Perdas	Vida	Não-vida	Não técnica	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	19.937	543.510	0	563.447
Prémios brutos emitidos	50.241	1.111.337	0	1.161.578
Prémios de resseguro cedido	-30.304	-565.502	0	-595.806
Provisão prémios não adquiridos (variação)	0	-6.842	0	-6.842
Provisão prémios não adq., resseguro (var.)	0	4.517	0	4.517
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-726	-315.308	0	-316.034
Montantes pagos	-1.000	-271.076	0	-272.076
Montantes brutos	-5.000	-468.846	0	-473.846
Parte dos resseguradores	4.000	197.770	0	201.770
Provisão para sinistros (variação)	274	-44.232	0	-43.958
Montante bruto	274	-65.160	0	-64.886
Parte dos resseguradores	0	20.928	0	20.928
Provisão matemática, líquida de resseguro	-1.408	0	0	-1.408
Montante bruto	-1.559	0	0	-1.559
Parte dos resseguradores	151	0	0	151
Custos e gastos de exploração líquidos	-50.447	-315.874	0	-366.321
Custos de aquisição	-11.279	-113.106	0	-124.385
Custos de aquisição diferidos (variação)	0	0	0	0
Gastos administrativos	-39.168	-202.768	0	-241.936
Gastos de Investimentos	-187	-18.267	0	-18.454
Gastos a imputar	-187	-18.267	0	-18.454
Comissões e part. nos result. de resseguro	5.906	140.035	0	145.941
Rendimentos	1.447	40.757	9.966	52.170
Juros activos financeiros	115	33.470	5.274	38.859
Outros	1.332	7.287	4.692	13.311
Ganhos líq. act. pass. finan. não valorizado	44.977	179.153	0	224.130
De activos disponíveis para venda	44.977	179.153	0	224.130
Venda de activos n/financeiros	0	0	1.093	1.093
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	0	0	0	0
De empréstimos e contas a receber	0	-11.990	0	-11.990
De Outros	0	0	-2.937	-2.937
Outros rendimentos / gastos técnicos, líquidos	0	0	8.861	8.861
Outras provisões (variação)	0	0	-37.331	-37.331
Outros rendimentos / gastos	0	0	-15.470	-15.470
Impostos correntes	0	0	-54.800	-54.800
<b>Resultado Líquido do exercício</b>	<b>19.499</b>	<b>242.016</b>	<b>-90.618</b>	<b>170.897</b>

Directora Financeira



Conselho de Administração






**15. Anexo às Contas**



**BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2014			2013
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor líquido	
<b>Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem</b>	8; 11; 30	66.844	-	66.844	26.407
<b>Activos disponíveis para venda</b>	Anexo 1; 6; 11	367.514	(24.714)	342.800	628.407
<b>Empréstimos e contas a receber</b>	6; 11	710.217	(11.990)	698.227	435.390
Outros depósitos		580.767	-	580.767	176.678
Outros		129.450	(11.990)	117.460	258.712
<b>Terrenos e edifícios</b>	9; 11	672.017	(36.225)	635.792	605.758
Terrenos e edifícios de uso próprio		387.435	(36.225)	351.210	351.949
Terrenos e edifícios de rendimento		284.582	-	284.582	253.809
<b>Outros activos tangíveis</b>	10; 11	412.898	(285.521)	127.377	112.658
<b>Inventários</b>		1.362	-	1.362	2.038
<b>Outros activos intangíveis</b>	12	118.861	(102.334)	16.527	22.577
<b>Provisões técnicas de resseguro cedido</b>	4.1	605.176	-	605.176	578.589
Provisão para prémios não adquiridos		92.910	-	92.910	88.392
Provisão matemática		7.479	-	7.479	7.328
Provisão para sinistros		504.787	-	504.787	482.869
<b>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</b>	38	478.812	(88.777)	390.035	410.368
Contas a receber por operações de seguro directo		255.888	(55.969)	199.919	273.302
Contas a receber por outras operações de resseguro		83.047	(3.663)	79.384	55.447
Contas a receber por outras operações		139.877	(29.145)	110.732	81.619
<b>Activos por impostos</b>	24	25.277	-	25.277	22.499
Activos por impostos correntes		9.253	-	9.253	6.475
Activos por impostos diferidos		16.024	-	16.024	16.024
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	40	26.757	-	26.757	16.834
<b>TOTAL ACTIVO</b>		<b>3.485.735</b>	<b>(549.561)</b>	<b>2.936.174</b>	<b>2.861.525</b>

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2014.

**GARANTIA - COMPANHIA DE SEGUROS DE CABO VERDE, S.A.**  
**BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2014	2013
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital	25	400.000	400.000
Reservas de reavaliação			
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	26	172.796	368.900
Reservas por impostos diferidos	26	(43.697)	(93.704)
Outras reservas	26	279.621	247.772
Resultados transitados		46.019	46.019
Resultado do exercício	27	170.897	79.622
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>1.025.636</b>	<b>1.048.609</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Provisões técnicas</b>	4.1.	1.142.595	1.070.660
Provisão para prémios não adquiridos		175.651	168.808
Provisão para seguros e operações do ramo vida		14.526	12.967
Provisão para sinistros			
De vida		6.000	6.274
De acidentes de trabalho		184.122	190.907
De automóvel		614.310	574.029
De outros ramos		147.986	117.675
<b>Outros passivos financeiros</b>	6.3.	204.349	187.218
Depósitos recebidos de resseguradores		204.283	187.152
Outros passivos financeiros		66	66
<b>Outros credores por operações de seguros e outras operações</b>	39	332.179	311.441
Contas a pagar por operações de seguro directo		117.259	90.499
Contas a pagar por outras operações de resseguro		138.010	170.302
Contas a pagar por outras operações		76.910	50.640
<b>Passivos por impostos</b>	24	101.054	167.046
Passivos por impostos correntes		39.347	55.332
Passivos por impostos diferidos		61.707	111.714
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	40	56.232	70.804
<b>Outras provisões</b>	13	74.129	5.747
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>1.910.538</b>	<b>1.812.916</b>
<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>2.936.174</b>	<b>2.861.525</b>

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2014.

## GARANTIA - COMPANHIA DE SEGUROS DE CABO VERDE, S.A.

## CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

Conta de ganhos e perdas	Notas	2014				2013
		Técnica Vida	Técnica não Vida	Não Técnica	Total	
<b>Prémios adquiridos líquidos de resseguro</b>	14; Anexo 4	<b>19.937</b>	<b>543.510</b>	-	<b>563.447</b>	<b>491.321</b>
Prémios brutos emitidos		50.241	1.111.337	-	1.161.578	1.237.994
Prémios de resseguro cedido		(30.304)	(565.502)	-	(595.806)	(753.218)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		-	(6.842)	-	(6.842)	47.863
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		-	4.517	-	4.517	(41.318)
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>		<b>(726)</b>	<b>(315.308)</b>	-	<b>(316.034)</b>	<b>(254.766)</b>
<b>Montantes pagos</b>						
Montantes brutos		(5.000)	(468.846)	-	(473.846)	(448.655)
Parte dos resseguradores		4.000	197.770	-	201.770	172.730
<b>Provisão para sinistros (variação)</b>						
Montante bruto		274	(65.160)	-	(64.886)	(23.422)
Parte dos resseguradores		-	20.928	-	20.928	44.581
<b>Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro</b>		-	-	-	-	<b>1.157</b>
<b>Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro</b>		<b>(1.408)</b>	-	-	<b>(1.408)</b>	<b>(420)</b>
Montante bruto		(1.559)	-	-	(1.559)	(491)
Parte dos resseguradores		151	-	-	151	71
<b>Custos e gastos de exploração líquidos</b>	21	<b>(50.634)</b>	<b>(334.141)</b>	-	<b>(384.775)</b>	<b>(357.811)</b>
Custos de aquisição		(11.279)	(113.106)	-	(124.385)	(125.469)
Custos com investimentos		(187)	(18.267)	-	(18.454)	(8.246)
Gastos administrativos		(39.168)	(202.768)	-	(241.936)	(224.096)
<b>Comissões e participação nos resultados de resseguro</b>	15	<b>5.906</b>	<b>140.035</b>	-	<b>145.941</b>	<b>187.288</b>
<b>Rendimentos</b>	16	<b>1.447</b>	<b>40.757</b>	<b>9.966</b>	<b>52.170</b>	<b>41.406</b>
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		115	33.470	5.274	38.859	30.644
Outros		1.332	7.287	4.692	13.311	10.762
<b>Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas</b>	17	<b>44.977</b>	<b>179.153</b>	-	<b>224.130</b>	-
De activos disponíveis para venda		44.977	179.153	-	224.130	-
<b>Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais</b>	18	-	-	<b>1.093</b>	<b>1.093</b>	<b>11.383</b>
<b>Perdas de imparidade (líquidas de reversões)</b>		-	<b>(11.990)</b>	<b>(2.937)</b>	<b>(14.927)</b>	<b>(30.839)</b>
De activos disponíveis para venda	6.1	-	-	-	-	(339)
De empréstimos e contas a receber		-	(11.990)	-	(11.990)	-
De outros	10	-	-	(2.937)	(2.937)	(30.500)
<b>Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro</b>	41	-	-	<b>8.861</b>	<b>8.861</b>	<b>6.898</b>
<b>Outras provisões (variação)</b>	13	-	-	<b>(37.331)</b>	<b>(37.331)</b>	<b>(3.121)</b>
<b>Outros rendimentos/(gastos)</b>	41	-	-	<b>(15.470)</b>	<b>(15.470)</b>	<b>(16.130)</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>19.499</b>	<b>242.016</b>	<b>(35.818)</b>	<b>225.697</b>	<b>76.366</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24	-	-	(54.800)	(54.800)	1.337
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24	-	-	-	-	1.919
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	27	<b>19.499</b>	<b>242.016</b>	<b>(90.618)</b>	<b>170.897</b>	<b>79.622</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

**GARANTIA - COMPANHIA DE SEGUROS DE CABO VERDE, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>170.897</b>	<b>79.622</b>
<b>RENDIMENTO INTEGRAL NÃO RECONHECIDO NOS RESULTADOS</b>		
Items que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Varição em valias potenciais de ativos financeiros:		
Ganhos líquidos por alienação de activos financeiros disponíveis para venda	(196.104)	-
Varição das reservas para impostos diferidos	50.007	-
Varição de justo valor de activos disponíveis para venda	-	3.237
Varição das reservas para impostos diferidos	-	(825)
<b>TOTAL</b>	<b>(146.097)</b>	<b>2.412</b>
<b>RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>24.800</b>	<b>82.034</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

**GARANTIA - COMPANHIA DE SEGUROS DE CABO VERDE, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

Demonstração de variações do capital próprio	Notas	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Outras reservas	Total			
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>		400.000	365.663	(92.879)	99.546	99.192	198.738	46.019	89.153	1.006.694
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	26	-	3.237	-	-	-	-	-	-	3.237
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	26	-	-	(825)	-	-	-	-	-	(825)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	26	-	-	-	8.915	40.119	49.034	-	(49.034)	-
Distribuição do resultado	27	-	-	-	-	-	-	-	(40.119)	(40.119)
<b>Total das variações do capital próprio</b>		-	3.237	(825)	8.915	40.119	49.034	-	(89.153)	(37.707)
Resultado líquido do exercício de 2013		-	-	-	-	-	-	-	79.622	79.622
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>		400.000	368.900	(93.704)	108.461	139.311	247.772	46.019	79.622	1.048.609
Transferência para resultados por alienação de activos financeiros disponíveis para venda	6 e 26	-	(196.104)	50.007	-	-	-	-	-	(146.097)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	26	-	-	-	7.962	23.887	31.849	-	(31.849)	-
Distribuição do resultado	27	-	-	-	-	-	-	-	(47.773)	(47.773)
<b>Total das variações do capital próprio</b>		-	(196.104)	50.007	7.962	23.887	31.849	-	(79.622)	(193.870)
Resultado líquido do exercício de 2014		-	-	-	-	-	-	-	170.897	170.897
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>		400.000	172.796	(43.697)	116.423	163.198	279.621	46.019	170.897	1.025.636

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio no exercício de 2014.

## GARANTIA - COMPANHIA DE SEGUROS DE CABO VERDE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2014	2013
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos:		
Prémios recebidos, líquidos de resseguro	565.771	484.776
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(228.983)	(165.892)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços, líquidas	125.869	169.101
Pagamentos a empregados e fornecedores	(366.203)	(319.406)
Outros	(62.411)	(43.268)
	34.043	125.311
(Aumentos) / diminuições nos activos operacionais		
Devedores por operações de seguro directo e resseguro	19.325	(95.515)
Outros activos	-	(36.973)
	19.325	(132.488)
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Depósitos recebidos de resseguradores	17.130	21.206
Credores por operações de seguro directo e resseguro	20.738	(8.738)
Outros passivos	23.765	(13.513)
	61.633	(1.045)
Caixa líquida das actividades operacionais antes de impostos	115.001	(8.222)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(54.800)	3.256
<b>Caixa líquida das actividades operacionais</b>	<b>60.201</b>	<b>(4.966)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de:		
Activos financeiros disponíveis para venda	313.635	-
Empréstimos e contas a receber	129.262	(50.314)
Activos tangíveis e intangíveis	36.991	39.648
Rendimentos de activos financeiros	38.747	122.941
Outros recebimentos	12.256	10.762
	530.891	123.037
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de:		
Empréstimos e contas a receber	(404.089)	-
Propriedades de investimento	(46.421)	(4.245)
Activos tangíveis e intangíveis	(52.372)	(55.284)
Outros	-	(8.155)
	(502.882)	(67.684)
<b>Caixa líquida das actividades de investimento</b>	<b>28.009</b>	<b>55.353</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Distribuição de dividendos	(47.773)	(40.119)
<b>Caixa líquida das actividades de financiamento</b>	<b>(47.773)</b>	<b>(40.119)</b>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	40.437	10.268
Caixa e seus equivalentes no início do período	26.407	16.139
Caixa e seus equivalentes no fim do período	66.844	26.407
	<b>40.437</b>	<b>10.268</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

NOTA INTRODUTÓRIA

As demonstrações financeiras da Garantia – Companhia de Seguros, S.A. foram elaboradas com base nos seus registos contabilísticos e de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pelo Aviso nº 3/2010, de 28 de Junho, do Banco de Cabo Verde (BCV).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, quando aplicável.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (Companhia) resultou da cisão do ex - Instituto de Seguros e Providência Social, EP (ISPS) ocorrida em 30 de Outubro de 1991, nos termos do Decreto-Lei nº 136/91, de 2 de Outubro, tendo-lhe sido transmitidos todos os activos e passivos relacionados com o negócio segurador.

No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, conforme a resolução nº 46/99, de 27 de Setembro de 1999, do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pelo Banco Interatlântico, S.A.R.L. adquiriu 95% da participação do Estado na Companhia.

A Companhia dedica-se ao exercício da actividade de seguro directo e de resseguro em todos os ramos e operações, podendo ainda exercer actividades conexas e complementares.

A Companhia tem a sua sede em Chã de Areia, C.P. 138, cidade da Praia, República de Cabo Verde, e delegações nas ilhas do Sal, São Vicente, Boavista, São Nicolau, Fogo e Santo Antão. Para a angariação de apólices de seguro, a Companhia dispõe ainda de uma rede de agentes.

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de Fevereiro de 2015, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Companhia admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Para efeito de relato por segmentos de negócio, a Companhia elegeu os seguintes:

<u>Sub-segmento</u>	<u>Ramos do sub-segmento</u>
Vida	
Acidentes e doenças	Acidentes de trabalho Acidentes pessoais Pessoas transportadas Viagens
Doença	Doença
Incêndio e outros danos	Incêndio e elementos da natureza Outros danos
Automóvel	Pessoas transportadas Veículos terrestres Responsabilidade civil de veículos terrestres a motor
Transportes	Marítimo - Mercadorias transportadas Marítimo - Mercadorias transportadas apólices Aéreo - Aeronaves/Casco Aéreo - Mercadorias transportadas Aéreo - Inibição de voo
Responsabilidade civil geral	Responsabilidade civil geral
Diversos	Caução

A Companhia desenvolve a sua actividade em Cabo Verde.

Com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a informação relativa aos segmentos utilizados pela Companhia pode ser resumida da seguinte forma:

	2014							Não Afectos	Total
	Vida	Não Vida				Responsabilidade civil geral			
	Automóvel	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Transportes	Diversos				
<b>Resultado</b>									
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	19.937	312.582	137.079	44.589	26.662	7.791	14.807	-	563.447
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(726)	(255.025)	(37.111)	(10.187)	(9.290)	(4.225)	529	-	(316.034)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(1.408)	-	-	-	-	-	-	-	(1.408)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	(50.634)	(145.910)	(94.923)	(71.044)	(11.624)	(7.078)	(3.561)	-	(384.775)
Comissões e part. nos result. resseguro	5.906	80.013	11.284	35.428	7.228	6.082	-	-	145.941
	<b>(26.925)</b>	<b>(8.340)</b>	<b>16.330</b>	<b>(1.214)</b>	<b>12.976</b>	<b>2.570</b>	<b>11.775</b>	-	<b>7.171</b>
Rendimentos	1.447	25.899	11.447	3.411	-	-	-	9.966	52.170
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	1.093	1.093
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-	-	-	(37.331)	(37.331)
Perdas de imparidade (líquidas de reversões)	-	(11.990)	-	-	-	-	-	(2.937)	(14.927)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	44.977	73.608	61.432	29.537	12.734	1.842	-	-	224.130
Outros rendimentos / gastos líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	8.861	8.861
Outros rendimentos / gastos	-	-	-	-	-	-	-	(15.470)	(15.470)
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(54.800)	(54.800)
	<b>19.499</b>	<b>79.177</b>	<b>89.209</b>	<b>31.734</b>	<b>25.710</b>	<b>4.412</b>	<b>11.775</b>	<b>(90.618)</b>	<b>170.897</b>
<b>Activo</b>									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	-	66.844	66.844
Activos disponíveis para venda	8.032	62.895	243.559	-	-	-	-	28.313	342.800
Empréstimos e contas a receber	10.485	466.035	-	-	-	-	40.000	181.707	698.227
Terrenos e edifícios	6.623	72.188	-	-	-	-	259.907	297.073	635.792
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	127.377	127.377
Inventários	-	-	-	-	-	-	-	1.362	1.362
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	16.527	16.527
Provisões técnicas de resseguro cedido	11.979	375.241	99.780	51.174	52.401	14.601	-	-	605.176
Provisões para prémios não adquiridos	-	43.308	4.723	30.038	4.100	10.741	-	-	92.910
Provisão matemática	7.479	-	-	-	-	-	-	-	7.479
Provisão para sinistros	4.500	331.933	95.057	21.136	48.301	3.860	-	-	504.787
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	-	-	390.035	390.035
Activos por impostos	-	-	-	-	-	-	-	25.277	25.277
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-	9.253	9.253
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	16.024	16.024
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	26.757	26.757
	<b>37.120</b>	<b>976.360</b>	<b>343.339</b>	<b>51.174</b>	<b>52.401</b>	<b>14.601</b>	<b>299.907</b>	<b>1.161.272</b>	<b>2.936.174</b>
<b>Passivo</b>									
Provisões técnicas	20.526	717.902	197.681	68.007	75.672	17.324	45.483	-	1.142.595
Provisões para prémios não adquiridos	-	103.592	13.559	38.424	4.340	11.789	3.947	-	175.651
Provisão para seguros e operações do ramo vida	14.526	-	-	-	-	-	-	-	14.526
Provisão para sinistros	6.000	614.310	184.122	29.583	71.332	5.535	41.536	-	952.418
Depósitos recebidos de resseguradores	-	109.022	3.023	12.386	3.472	-	76.380	-	204.283
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	66	66
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	-	-	332.179	332.179
Contas a pagar por operações de seguro directo	-	-	-	-	-	-	-	117.259	117.259
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	138.010	138.010
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	-	-	-	-	76.910	76.910
Passivos por impostos	-	-	-	-	-	-	-	101.054	101.054
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-	39.347	39.347
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	61.707	61.707
Outras provisões	-	-	-	-	-	-	-	74.129	74.129
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	56.232	56.232
	<b>20.526</b>	<b>826.924</b>	<b>200.704</b>	<b>80.393</b>	<b>79.144</b>	<b>17.324</b>	<b>121.863</b>	<b>563.660</b>	<b>1.910.538</b>

	2013								
	Não Vida							Não Afectos	Total
	Vida	Automóvel	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Transportes	Responsabil dade civil geral	Diversos		
<b>Resultado</b>									
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	22.404	262.296	110.006	35.035	28.641	9.840	23.099	-	491.321
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.000)	(193.922)	(36.375)	(3.435)	(4.674)	(1.256)	(14.104)	-	(254.766)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(420)	-	-	-	-	-	-	-	(420)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	-	1.157	-	-	-	-	-	1.157
Custos e gastos de exploração líquidos	(14.367)	(166.429)	(76.644)	(69.383)	(10.251)	(6.517)	(14.220)	-	(357.811)
Comissões e part. nos result. resseguro	5.910	96.498	21.334	40.110	17.116	6.320	-	-	187.288
	<b>12.527</b>	<b>(1.557)</b>	<b>19.478</b>	<b>2.327</b>	<b>30.832</b>	<b>8.387</b>	<b>(5.225)</b>	<b>-</b>	<b>66.769</b>
Rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	41.406	41.406
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	11.383	11.383
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-	-	-	(3.121)	(3.121)
Perdas de imparidade (líquidas de reversões), de activos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	(30.839)	(30.839)
Outros rendimentos / gastos líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	6.898	6.898
Outros rendimentos / gastos	-	-	-	-	-	-	-	(16.130)	(16.130)
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-	-	-	3.256	3.256
	<b>12.527</b>	<b>(1.557)</b>	<b>19.478</b>	<b>2.327</b>	<b>30.832</b>	<b>8.387</b>	<b>(5.225)</b>	<b>12.853</b>	<b>79.622</b>
<b>Activo</b>									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	-	26.407	26.407
Activos disponíveis para venda	7.696	185.294	267.618	-	-	-	-	167.799	628.407
Empréstimos e contas a receber	9.639	249.073	176.678	-	-	-	-	-	435.390
Terrenos e edifícios	6.735	56.578	-	-	-	-	298.002	244.443	605.758
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	112.658	112.658
Inventários	-	-	-	-	-	-	-	2.038	2.038
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	22.577	22.577
Provisões técnicas de resseguro cedido	11.828	375.666	121.015	33.422	31.076	5.582	-	-	578.589
Provisões para prémios não adquiridos	-	51.061	7.548	23.507	3.479	2.797	-	-	88.392
Provisão matemática	7.328	-	-	-	-	-	-	-	7.328
Provisão para sinistros	4.500	324.605	113.467	9.915	27.597	2.785	-	-	482.869
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	-	-	410.368	410.368
Activos por impostos	-	-	-	-	-	-	-	22.499	22.499
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-	6.475	6.475
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	16.024	16.024
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	16.834	16.834
	<b>35.898</b>	<b>866.611</b>	<b>565.311</b>	<b>33.422</b>	<b>31.076</b>	<b>5.582</b>	<b>-</b>	<b>1.025.623</b>	<b>2.861.525</b>
<b>Passivo</b>									
Provisões técnicas	188.049	574.029	190.907	117.675	-	-	-	-	1.070.660
Provisões para prémios não adquiridos	168.808	-	-	-	-	-	-	-	168.808
Provisão para seguros e operações do ramo vida	12.967	-	-	-	-	-	-	-	12.967
Provisão para sinistros	6.274	574.029	190.907	117.675	-	-	-	-	888.885
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos recebidos de resseguradores	-	133.903	4.313	13.070	4.102	-	31.764	-	187.152
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	66	66
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	-	-	311.441	311.441
Contas a pagar por operações de seguro directo	-	-	-	-	-	-	-	90.499	90.499
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	170.302	170.302
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	-	-	-	-	50.640	50.640
Passivos por impostos	-	-	-	-	-	-	-	167.046	167.046
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-	55.332	55.332
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	111.714	111.714
Outras provisões	-	-	-	-	-	-	-	70.804	70.804
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	5.747	5.747
	<b>188.049</b>	<b>707.932</b>	<b>195.220</b>	<b>130.745</b>	<b>4.102</b>	<b>-</b>	<b>31.764</b>	<b>555.104</b>	<b>1.812.916</b>

### 3. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pelo Aviso nº 3/2010, de 28 de Junho, do Banco de Cabo Verde (BCV).

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde às Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), excepto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adoptados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

#### 3.2. Principais políticas contabilísticas

##### 3.2.1. Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. A Companhia não tem activos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado ou outros activos registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

##### i) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde e por empresas cabo-verdianas adquiridos essencialmente para detenção até à maturidade, para os quais não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

##### ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros não classificados na categoria de “Empréstimos e contas a receber”:

- Acções de empresas;
- Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação” (Nota 26). No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” ou “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, respectivamente.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos” (Nota 16) quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

### Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados na categoria de “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor dos instrumentos financeiros dos títulos de rendimento variável não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) é determinado em alguns casos com base em modelos e técnicas de valorização desenvolvidos por uma entidade externa, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Em 2014 e 2013, todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor detidos pela Companhia encontram-se classificados no nível 3 da hierarquia de justo de valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13.

### iii) Imparidade de activos financeiros

A Companhia efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros, incluindo activos registados ao custo amortizado e activos financeiros disponíveis para venda.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- Ser provável que o devedor venha a entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor.

### Activos financeiros ao custo amortizado

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, nas rubricas “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, sendo reflectido em balanço como uma dedução ao valor do activo a que respeita.

### Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 3.2.1. ii), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de Reavaliação”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

Para além dos indícios de imparidade relativos a activos financeiros registados ao custo amortizado, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Com referência à data das demonstrações financeiras, a Companhia efectua uma análise no sentido de identificar a existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda e, conseqüentemente, registar as correspondentes perdas por imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na “Reserva de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Companhia efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes instrumentos de capital próprio não podem igualmente ser revertidas.

### 3.2.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros são classificados na categoria “Outros passivos financeiros” e respeitam a depósitos recebidos de resseguradores e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros credores por operações de seguros e outras operações”. A rubrica “Outros passivos financeiros” inclui descobertos em depósitos à ordem.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

### 3.2.3. Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pela Companhia com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de avaliadores externos. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, nas rubricas “Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas” (Nota 18).

### 3.2.4. Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio são valorizados pelo seu custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, excepto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização, os quais são reconhecidos separadamente na rubrica “Outros activos tangíveis” e amortizados ao longo da respectiva vida útil.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Companhia estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações de 2 anos. Se ocorrerem situações que indiquem alterações significativas no valor dos imóveis, estes podem ser reavaliados, a título excepcional, no prazo de um ano.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respectivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objecto de amortização.

Até 1 de Janeiro de 2010, data da transição para o PCES, os imóveis de serviço próprio eram registados ao justo valor, de acordo com as regras definidas pelo Plano de Contas para as Empresas de Seguros. Na transição para as IFRS, o valor de balanço desses imóveis foi considerado como custo, tal como permitido pelo IFRS 1.

### 3.2.5. Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de <u>vida útil</u>
Equipamento administrativo	2 - 12
Equipamento informático	4 - 5
Material de transporte	3 - 4
Outras imobilizações corpóreas	4 - 12

As despesas com obras e beneficiações em imóveis arrendados são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 5 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

A Companhia avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis.

### 3.2.6. Outros activos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Companhia.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

### 3.2.7. Locação financeira

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em “Outros activos tangíveis” e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em gastos do exercício.

### 3.2.8. Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Companhia está sujeita ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

#### Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutras períodos contabilísticos.

#### Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Garantia correspondem aos impactos da adopção das NIRF e à valorização de activos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é

igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

### 3.2.9. Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências resultantes da actividade da Companhia, incluindo contingências fiscais. Nestes casos, os reforços de provisão são registados por contrapartida da rubrica “Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes”.

### 3.2.10. Benefícios dos empregados

A Companhia não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego aos seus colaboradores.

### 3.2.11. Princípio da especialização de exercícios

Os proveitos e os custos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

### 3.2.12. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos em divisas são convertidos em Escudos de Cabo Verde às taxas de câmbio oficiais em vigor à data das demonstrações financeiras. Os proveitos e custos relativos a diferenças cambiais geradas pelas transacções em divisas registam-se no período em que ocorrem. As diferenças cambiais originadas pela actualização cambial dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira, à data das demonstrações financeiras, são também reflectidas na demonstração de resultados.

Nos exercícios de 2014 e 2013, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde.

### 3.2.13. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Companhia considera como “Caixa e seus equivalentes” o total da rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem”.

### 3.2.14. Ajustamentos para recibos por cobrar

A rubrica “Ajustamentos de recibos por cobrar” tem por objectivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização, tendo como limite mínimo o valor calculado de acordo com o Aviso nº 2/2005, do Banco de Cabo Verde.

### 3.3. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Companhia incluem as abaixo apresentadas.

#### Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 4.1. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas demonstrações financeiras reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar.

#### Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e contas a receber

As perdas por imparidade em empréstimos e contas a receber são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 3.2.1., iii). A Companhia determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39.

Neste sentido, a determinação da existência de perdas por imparidade está sujeita à subjectividade inerente à identificação e análise dos eventuais indícios de imparidade resultantes da avaliação específica efectuada pela Companhia com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão, assim como à subjectividade associada à estimativa dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável).

#### Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas avaliações externas tal como descrito na Nota 3.2.1. iii). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

#### Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Companhia com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Garantia sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

3.4. Adopção de Standards (novos e revisto) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Alterações introduzida
Emenda às normas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas;</li> <li>• IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades (Entidades de investimento)</li> </ul>	1-Jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 32 – Compensação entre activos e passivos financeiros	1-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 36 – Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros)	1-Jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender.
Emenda à norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	1-Jan-14	Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	1-Jan-14	Esta interpretação vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, decorrente da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, já se encontram aprovadas e são de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011-2013)	1-Jan-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com as normas IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 3 – Concentração de Actividades Empresariais, IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor e IAS 40 – Propriedades de Investimento.
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (2009) e emendas posteriores	1-Jan-18	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de activos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 14 – Activos regulados	1-Jan-16	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adoptem pela primeira vez as IFRS/IAS, aplicáveis a activos regulados.
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	1-Jan-17	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.
Emenda à norma IFRS 11 – Acordos Conjuntos	1-Jan-16	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de activos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
Emendas às normas IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis e IAS 38 – Activos Intangíveis	1-Jan-16	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adoptem pela primeira vez as IFRS/IAS, aplicáveis a activos regulados.
Emendas às normas IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis e IAS 40 – Agricultura	1-Jan-16	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.
Emenda à norma IAS 19 – Benefícios dos empregados	1-Jan-16	Esta emenda vem clarificar a IFRS 3 ser aplicada quando um investidor adquire um interesse numa entidade conjuntamente controlada quando a mesma consiste num negócio conforme definido pela referida norma. A aplicação da IFRS 3 é requerida na aquisição do interesse inicial e na aquisição subsequente de interesses.
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	1-Jan-16	Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização de activos fixos tangíveis e de activos intangíveis que são permitidos.

Emenda à norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	1-Jan-16	Estas emendas vêm estabelecer que os activos biológicos que se enquadram na definição de plantas portadoras devem ser contabilizados como activos fixos tangíveis.
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	1-Jan-16	Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Divulgações)	1-Jan-16	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de activos entre o investidor e a associada ou a entidade conjuntamente controlada.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclos 2010-2012 e 2012-2014)	1-Jan-16	<p>Esta emenda vem introduzir a possibilidade de aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização de investimentos em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspectos relacionados com a aplicação da excepção de consolidação por parte de entidades de investimento.</p> <p>Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos actuais requisitos de relato das IFRS.</p> <p>Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.</p>

**O Conselho de Administração não antecipa que a adopção destas normas venha a ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.**

#### 4. NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E ACTIVOS DE RESSEGURO

##### 4.1. Provisões técnicas de seguro directo

Estas provisões foram calculadas em conformidade com o Aviso nº 5/2010, de 28 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde.

##### 4.1.1. Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método “Pró-rata temporis” aos respectivos prémios brutos emitidos.

De acordo com o previsto pelas normas do BCV, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 18% dos respectivos prémios diferidos. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não registou custos de aquisição diferidos.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta provisão tem a seguinte composição:

Ramos Técnicos	2014		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Automóvel	(103.592)	43.308	(60.284)
Incêndio e outros danos	(38.424)	30.038	(8.386)
Diversos	(3.947)	-	(3.947)
Acidentes e doença	(13.559)	4.723	(8.836)
Responsabilidade civil geral	(11.789)	10.741	(1.048)
Transportes	(4.340)	4.100	(240)
	<u>(175.651)</u>	<u>92.910</u>	<u>(82.741)</u>

Ramos Técnicos	2013		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Automóvel	(104.558)	51.061	(53.497)
Incêndio e outros danos	(36.981)	23.506	(13.475)
Diversos	(6.850)	-	(6.850)
Acidentes e doença	(11.271)	7.548	(3.723)
Responsabilidade civil geral	(5.315)	2.798	(2.517)
Transportes	(3.833)	3.479	(354)
	<u>(168.808)</u>	<u>88.392</u>	<u>(80.416)</u>

Nos exercícios de 2014 e 2013, a Companhia celebrou um tratado de resseguro proporcional para o ramo automóvel com os resseguradores Partner Re e R+V Versicherung AG, este através do broker Aon Benfield, com uma taxa de retenção de 60% e 50%, respectivamente (Nota 6.3).

#### 4.1.2. Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR.

A provisão para sinistros dos ramos acidentes de trabalho e automóvel inclui a provisão matemática, a qual tem por objectivo registar as responsabilidades da Companhia por sinistros ocorridos até à data das demonstrações financeiras, que envolvam pagamentos de pensões vitalícias, já homologadas pela Junta Médica, e também uma estimativa das responsabilidades por pensões referentes a incapacidades permanentes, relativas a sinistros já ocorridos e que se encontrem pendentes de decisão da Junta Médica. Esta provisão é calculada sinistro a sinistro, mediante a utilização dos seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade	PF 60/64
Taxa de juro	6%
Carga de gestão	4%
Pensão anual máxima	mCve. 108

A Companhia constitui ainda uma provisão para sinistros ocorridos e não declarados à data do balanço. De acordo com o Aviso nº 1/2000, deverá ser constituída uma provisão mínima correspondente a 2% das indemnizações do exercício relativas a sinistros declarados.

A Companhia constitui também uma provisão para despesas com regularização de sinistros que se destina a fazer face aos encargos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros dos ramos automóvel e acidentes de trabalho que actualmente se encontram em processo de gestão.

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta provisão tem a seguinte composição:

Ramos Técnicos	2014				Líquido
	Seguros directos	Resseguros aceites	Seguros directos e resseguros aceites	Resseguros cedidos	
<b>Acidentes de trabalho</b>					
Provisão matemática					
- Pensões definitivas	48.218	-	48.218	(2.017)	46.201
- Pensões presumíveis	22.133	-	22.133	-	22.133
	<u>70.351</u>	<u>-</u>	<u>70.351</u>	<u>(2.017)</u>	<u>68.334</u>
Provisão para outras prestações e custos					
- Sinistros declarados	112.005	-	112.005	(71.195)	40.809
- IBNR	1.679	-	1.679	-	1.679
	<u>113.684</u>	<u>-</u>	<u>113.684</u>	<u>(71.195)</u>	<u>42.488</u>
Provisão para despesas com regularização de sinistros	87	-	87	-	87
	<u>184.122</u>	<u>-</u>	<u>184.122</u>	<u>(73.212)</u>	<u>110.910</u>
<b>Automóvel</b>					
Provisão matemática					
- Pensões definitivas	100.121	-	100.121	(22.730)	77.391
- Pensões presumíveis	12.554	-	12.554	-	12.554
	<u>112.675</u>	<u>-</u>	<u>112.675</u>	<u>(22.730)</u>	<u>89.945</u>
Provisões para outras prestações e custos					
- Sinistros declarados	453.223	-	453.223	(293.040)	160.183
- IBNR	33.405	-	33.405	(38.007)	(4.602)
	<u>486.628</u>	<u>-</u>	<u>486.628</u>	<u>(331.047)</u>	<u>155.581</u>
Provisão para despesas com regularização de sinistros	15.007	-	15.007	-	15.007
	<u>614.310</u>	<u>-</u>	<u>614.310</u>	<u>(353.777)</u>	<u>260.533</u>
<b>Outros ramos</b>					
Provisão para outras prestações e custos					
- Sinistros declarados	146.271	-	146.271	(77.798)	68.473
- IBNR	1.715	-	1.715	-	1.715
	<u>147.986</u>	<u>-</u>	<u>147.986</u>	<u>(77.798)</u>	<u>70.188</u>
	<u>946.418</u>	<u>-</u>	<u>946.418</u>	<u>(504.787)</u>	<u>441.631</u>

Ramos Técnicos	2013				Líquido
	Seguros directos	Resseguros aceites	Seguros directos e resseguros aceites	Resseguros cedidos	
Acidentes de trabalho					
Provisão matemática					
- Pensões definitivas	66.759	-	66.759	(19.148)	47.611
- Pensões presumíveis	22.279	-	22.279	-	22.279
	<u>89.038</u>	<u>-</u>	<u>89.038</u>	<u>(19.148)</u>	<u>69.890</u>
Provisão para outras prestações e custos					
- Sinistros declarados	98.070	-	98.070	(94.319)	3.751
- IBNR	2.640	-	2.640	-	2.640
	<u>100.710</u>	<u>-</u>	<u>100.710</u>	<u>(94.319)</u>	<u>6.391</u>
Provisão para despesas com regularização de sinistros	1.159	-	1.159	-	1.159
	<u>190.907</u>	<u>-</u>	<u>190.907</u>	<u>(113.467)</u>	<u>77.440</u>
Automóvel					
Provisão matemática					
- Pensões definitivas	116.056	-	116.056	(26.306)	89.750
- Pensões presumíveis	18.688	-	18.688	-	18.688
	<u>134.744</u>	<u>-</u>	<u>134.744</u>	<u>(26.306)</u>	<u>108.438</u>
Provisões para outras prestações e custos					
- Sinistros declarados	394.729	-	394.729	(281.660)	113.069
- IBNR	34.711	-	34.711	(16.639)	18.072
	<u>429.440</u>	<u>-</u>	<u>429.440</u>	<u>(298.299)</u>	<u>131.141</u>
Provisão para despesas com regularização de sinistros	9.845	-	9.845	-	9.845
	<u>574.029</u>	<u>-</u>	<u>574.029</u>	<u>(324.605)</u>	<u>249.424</u>
Outros ramos					
Provisão para outras prestações e custos					
- Sinistros declarados	117.031	-	117.031	(44.797)	72.234
- IBNR	644	-	644	-	644
	<u>117.675</u>	<u>-</u>	<u>117.675</u>	<u>(44.797)</u>	<u>72.878</u>
	<u>882.611</u>	<u>-</u>	<u>882.611</u>	<u>(482.869)</u>	<u>399.742</u>

A provisão para sinistros declarados de resseguro cedido do ramo Acidentes de trabalho tem uma parcela relativa a responsabilidades registadas na provisão matemática.

#### 4.1.3. Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para o seguro de crédito e seguro de caução, de acordo com o estabelecido pelas normas do BCV, as quais definem igualmente que as entidades cujo montante de prémios dos ramos mencionados seja inferior a 4% da sua receita total de prémios estão isentas da constituição desta provisão.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a Companhia não registou esta provisão por estar isenta da sua constituição, nos termos das normas do BCV.

#### 4.1.4. Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respectivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo BCV.

4.1.5. Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em consideração as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas específicas existentes nos tratados em vigor.

4.1.6. Provisão matemática do ramo vida

Destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguros em vigor. As provisões matemáticas para os seguros de vida são calculadas para cada apólice de acordo com as bases actuariais definidas pela Portaria nº 110/78, de 31 de Dezembro.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta provisão tem a seguinte composição:

	2014	2013
Activo		
Resseguro cedido:		
Vida grupo	6.595	6.666
Vida individual	798	644
Vida crédito hipotecário	86	18
	<u>7.479</u>	<u>7.328</u>
Passivo		
Seguro directo:		
Vida grupo	(11.066)	(11.698)
Vida individual	(1.539)	(850)
PPR/E Banca	(1.059)	-
Vida crédito hipotecário	(862)	(419)
	<u>(14.526)</u>	<u>(12.967)</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, a provisão matemática de seguros “Vida grupo” do activo e passivo inclui mCve. 4.436 e mCve. 8.337, respectivamente ( mCve. 4.546 e mCve. 9.021, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2013), relativos a uma apólice subscrita pelo Banco Comercial do Atlântico, S.A..

4.1.7. Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida e de contratos de seguro vida são registados quando devidos na rubrica “ Prémios adquiridos líquidos de resseguro” na demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os respectivos custos de aquisição são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades decorrentes da emissão dos contratos de seguro do ramo vida são reconhecidas através da constituição da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo contabilizado no momento em que são registados os proveitos relativos aos prémios emitidos.

4.1.8. Reconciliação de alterações nos passivos e activos de contratos de seguro

A reconciliação de alterações nos passivos resultantes de contratos de seguros, nos activos resultantes de contratos de resseguro e nos custos de aquisição diferidos relacionados encontra-se apresentada nos Anexos 2 e 3.

#### 4.2. Risco específico de seguro

##### Classificação de contratos de seguro e contratos de investimento

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro celebrados pela Companhia é efectuado de acordo com o normativo do Banco de Cabo Verde. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela norma IFRS 4 – “Contratos de seguro”, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

Todos os contratos emitidos pela Companhia no exercício de 2014 foram classificados como contratos de seguros.

Apresenta-se de seguida uma descrição sintética das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor na Companhia e que têm por objectivo reduzir os riscos de subscrição.

##### a) Subscrição de riscos

A delegação de poderes para a aceitação e tarifação de riscos encontra-se estruturada em 4 níveis de aceitação hierárquicos, de acordo com o modelo de delegação de poderes em vigor na Companhia, definido pela Ordem de Serviço nº 04/2009:

Nível de aceitação	Titular
1	Director Comercial
2	Gerente
3	Responsável de Balcão
4	Recepção Comercial/ Front - Office

A referida ordem de serviço estabelece o limite de delegação de poderes para a aceitação e tarifação de riscos para seguros novos, renovações, renegociações, alteração dos contratos existentes e ainda a concessão de descontos para todos os produtos comercializados pela Companhia nos ramos Não Vida, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, baseados nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulado standard;
- Riscos ou actividades com um histórico de sinistralidade baixo;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitam uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, no que respeita a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida dimensão.

Os titulares acima referidos contam com um conjunto de instrumentos que visam facilitar a aplicação da política de subscrição, nomeadamente as tarifas, os simuladores, os manuais de subscrição e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais, as propostas de seguros, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas respeitantes a circuitos e procedimentos.

Cabe ao Administrador do Pelouro da Área Comercial a aceitação da subscrição dos riscos não delegados nos 4 níveis de aceitação hierárquicos definidos na tabela acima.

Cabe ainda a Administração a aceitação da subscrição de qualquer seguro do ramo Vida, bem como a aceitação da alteração do capital subscrito.

Em alguns casos de risco particularmente elevado e/ ou envolvendo grau de incerteza elevado, as decisões de aceitação são analisadas e tomadas pela Comissão Executiva.

A política de aceitação de riscos da Companhia baseia-se em padrões técnicos rigorosos, com o objectivo de permitir a análise e identificação de riscos envolvendo perdas potencialmente elevadas em termos de gravidade e frequência, a aplicação de termos contratuais ajustados e a adequação dos prémios praticados aos riscos assumidos, de modo a garantir um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos não enquadráveis nos tratados de resseguro são analisados caso a caso pelo Gabinete Técnico para efeitos de colocação em resseguro facultativo.

Quando os riscos a ressegurar não se enquadram nos Manuais de Tarificação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação previamente definidas, estes são remetidos aos resseguradores para análise e decisão de aceitação.

b) Gestão técnica

A gestão técnica dos ramos envolve o desenho de produtos, a definição de cláusulas e preços, a definição e controlo da política de subscrição, a avaliação de cúmulo de risco e o controlo dos resultados técnicos, destacando o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos de seguros emitido, da distribuição da carteira por ramos de risco e garantias, dos prémios médios, do perfil dos riscos, da sinistralidade e margem técnica.

No âmbito do controlo acima referido, são elaborados regularmente relatórios com os indicadores de gestão bem como a análise do resultado técnico por ramos para servir de suporte à gestão da Companhia.

c) Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos internos da Companhia

Por forma a controlar e minimizar o risco interno da Companhia, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto estão publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o seu cumprimento objecto de acompanhamento e supervisão regular pelas áreas competentes.

Estudos de perfil da carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por ramos /responsabilidades assumidas. São também efectuados estudos regulares sobre o comportamento da sinistralidade dos produtos para efeitos de ajustamentos das tarifas e/ou saneamento das carteiras ou alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

#### Análises periódicas da evolução da carteira

A Companhia procede ao acompanhamento regular da evolução da sua carteira de seguros, nomeadamente o comportamento do movimento de apólices (quantidade de apólices em vigor, quantidade de apólices novas emitidas, quantidade de apólices anuladas) e a evolução dos prémios por ramos de Seguros não vida e vida.

A Companhia procede também a análise regular do comportamento dos sinistros nos seus aspectos essenciais, designadamente a frequência por ramos de subscrição e global e a respectiva taxa de sinistralidade.

As medidas acima referidas são implementadas em todos os ramos de negócio, principalmente no ramo automóvel que tem um enorme peso na carteira da Companhia.

#### Seleccção e saneamento da carteira

Com o objectivo de promover uma melhor rentabilidade da carteira, a Companhia tem implementado a prática de selecção e saneamento de carteira, com maior incidência no ramo automóvel obrigatório e facultativo, consubstanciada quer pelo saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas) quer pela alteração as condições contratuais (coberturas, franquias e prémios). Estas medidas visaram principalmente as viaturas de aluguer (Táxis e Hiaces).

#### Concentrações de risco de seguro

A Companhia efectua estudos regulares sobre o perfil de risco da sua carteira por ramos de seguros/responsabilidades assumidas a fim de se obter indicadores que permitam estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro, à política de retenção e ainda o impacto de ocorrência de um cenário de sinistros catastróficos na carteira.

#### Seguro directo

Os prémios de seguro directo não-vida da Companhia revelaram-se suficientes e adequados em todos os ramos face às responsabilidades com as indemnizações do exercício, os custos de exploração associados e aos custos de investimentos.

Assim, o cálculo da provisão para riscos em curso efectuado nos termos do Aviso nº 5/2010, de 28 de Junho do Banco de Cabo Verde, para todos os ramos de seguros não-vida, demonstrou que a Companhia não tem a necessidade de constituir a Provisão para riscos em curso.

#### Comparação de sinistros estimados e efectivos

A provisão para sinistros dos ramos não vida a 31 de Dezembro de 2014 ascendia a mCve. 658.778. Ao longo do exercício de 2014, para os sinistros ocorridos em 2013 e anos anteriores, a Companhia pagou o montante de mCve. 168.359.

Em 31 de Dezembro de 2014 resultaria do consumo natural um provisionamento de mCve. 419.159. Entretanto, verificou-se um reajustamento negativo no montante de mCve. 71.260.

Desenvolvimento da provisão para sinistros para outras prestações e custos relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2013 ** (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2014 (3)	Reajustamentos* (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes e Doença	101.869	17.892	115.305	31.328
Incendio e outros danos	13.331	1.188	3.053	(9.090)
Automovel	439.285	126.043	274.153	(39.089)
Transportes	46.166	36.477	(3.631)	(13.320)
Responsabilidade civil geral	3.479	2.866	2.445	1.832
Diversos	54.648	19.625	27.834	(7.189)
<b>TOTAL</b>	<b>658.778</b>	<b>204.091</b>	<b>419.159</b>	<b>(35.528)</b>

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

\*\* Não inclui provisão matemática.

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2012 ** (1)	Custos com sinistros * - Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2013 (3)	Reajustamentos* (3) + (2) - (1)
Não vida				
Acidentes e doença	122.764	23.167	116.069	16.472
Incêndio e outros danos	11.411	3.579	9.412	1.580
Automóvel	460.977	127.761	273.113	(60.103)
Transportes	2.256	23.772	2.280	23.796
Responsabilidade civil geral	4.471	1.967	1.086	(1.418)
Diversos	23.387	-	12.852	(10.535)
<b>TOTAL</b>	<b>625.266</b>	<b>180.246</b>	<b>414.812</b>	<b>(30.208)</b>

\* Sinistros do ano de subscrição de N-1 e anteriores

\*\* Não inclui provisão matemática.

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 6.1. Inventário de participações e instrumentos financeiros

Conforme mapa Anexo I.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os investimentos registados em “Activos financeiros disponíveis para venda” têm a seguinte composição:

	2014	2013
Instrumentos de capital	344.348	629.955
Imparidade:		
Instrumentos de capital	(24.714)	(24.714)
	<u>319.634</u>	<u>605.241</u>
Titulos Consolidados de Mobilização Financeira	<u>23.166</u>	<u>23.166</u>
	<u><u>342.800</u></u>	<u><u>628.407</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos de capital classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

Titulo	2014				2013					
	% de participação	Custo de aquisição	Reserva de reavaliação (Nota 26)	Imparidade	Valor de balanço líquido	% de participação	Custo de aquisição	Reserva de reavaliação (Nota 26)	Imparidade	Valor de balanço líquido
<b>Instrumentos de capital valorizados ao justo valor</b>										
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	5,76%	76.322	167.237	-	243.559	12,52%	165.826	363.340	-	529.166
<b>Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico</b>										
APromotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.	11,11%	50.000	-	(10.270)	39.730	11,11%	50.000	-	(10.270)	39.730
CVC - Construções de Cabo Verde S.A.R.L.	4,47%	21.968	4.565	(8.744)	17.789	4,47%	21.968	4.565	(8.744)	17.789
SCT - Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	1,01%	15.505	51	-	15.556	1,01%	15.505	51	-	15.556
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Andrónima, S.A.	10,00%	3.000	-	-	3.000	10,00%	3.000	-	-	3.000
Hiperpeças - Sociedade de Manutenção e Teste de Viaturas Auto para Inspeção, Lda.	7,00%	5.700	-	(5.700)	-	7,00%	5.700	-	(5.700)	-
		<u>96.173</u>	<u>4.616</u>	<u>(24.714)</u>	<u>76.075</u>		<u>96.173</u>	<u>4.616</u>	<u>(24.714)</u>	<u>76.075</u>
		<u><u>172.495</u></u>	<u><u>171.853</u></u>	<u><u>(24.714)</u></u>	<u><u>319.634</u></u>		<u><u>261.999</u></u>	<u><u>367.956</u></u>	<u><u>(24.714)</u></u>	<u><u>605.241</u></u>

As acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa.

Em Maio de 2014, a Companhia vendeu à Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) 89.504 acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A., representativas de 6,576% do capital social do Banco, pelo montante de mCve 313.635. A operação gerou o reconhecimento de uma mais valia de mCve 224.130 (Nota 17), que pode ser detalhada da seguinte forma:

Valor de venda	[1]	<u>313.635</u>
Valor de balanço em 31 de Dezembro de 2013 da parte alienada	[2]	285.609
Diferencial face ao valor de balanço em 2013	[3] = [1] - [2]	28.026
Valia potencial reconhecida anteriormente em Reservas de Reavaliação	[4]	196.104
	[5] = [3] + [4]	<u><u>224.130</u></u>

A Companhia manteve as participações na A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L., na SCT - Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A. e na CVC - Construções de Cabo Verde, S.A.R.L. registadas ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 19.014, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

No exercício de 2007 a Companhia adquiriu por mCve. 5.700 uma participação correspondente a 7% do capital social da Hiperpeças – Sociedade de Manutenção e Teste de Viaturas Auto para Inspeção, Lda. (Hiperpeças), que iniciou a sua actividade no exercício de 2010. Esta participação encontra-se valorizada ao seu custo de aquisição, tendo sido registada imparidade no exercício de 2012 para a totalidade do saldo.

Os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) foram emitidos na sequência da Lei nº 64/V/98, que aprovou a criação do “International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund” (Fundo). Nos termos deste diploma, o Fundo é gerido pelo Banco de Portugal e constitui um património autónomo sendo, como tal, a única entidade a responder pelas dívidas, encargos e responsabilidades resultantes da sua existência, do seu funcionamento e da sua organização.

A política de investimentos do Fundo é definida por um representante do Governo de Cabo Verde, em conjunto com a entidade gestora, com o objectivo de valorização dos seus activos e sendo pautada por critérios de segurança e de rentabilidade.

Os TCMF resultaram da conversão de Obrigações do Tesouro de Cabo Verde que se encontravam vencidas e estão registados pelo valor nominal dos títulos entregues.

De acordo com a Lei nº 70/V/98, de 17 de Agosto, as principais características destes títulos são as seguintes:

- Os TCMF são títulos de crédito perpétuos emitidos pelo Estado de Cabo Verde, através do Tesouro, e incorporam o direito ao recebimento de 90% do resultado líquido anual do Fundo. A Companhia regista em cada exercício o proveito relativo aos rendimentos a receber de TCMF, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”;
- O Estado obriga-se a adquirir os TCMF num período máximo de vinte anos a contar da data de aprovação da Lei, em termos e condições a definir pelo Governo;
- Durante os primeiros três anos de existência, os TCMF só podiam ser transaccionados entre instituições de crédito devidamente autorizadas a exercer a sua actividade em Cabo Verde. Entre o quarto e o sétimo ano, cada instituição de crédito poderia anualmente transmitir 25% do total de TCMF que detinha ao fim do terceiro ano. A partir do oitavo ano, os TCMF podem ser transaccionados sem restrições.

6.2. Empréstimos e contas a receber

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Depósitos a prazo	580.767	176.678
Outros:		
Obrigações de empresas nacionais	129.450	158.712
Obrigações do Tesouro	-	100.000
	<u>129.450</u>	<u>258.712</u>
Imparidade	(11.990)	-
	<u>698.227</u>	<u>435.390</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Depósitos a prazo” apresenta a seguinte composição, por prazo residual de vencimento:

	2014				2013	
	Até 1 mês	Entre 3 e 6 meses	Superior a 12 meses	Total	Até 1 mês	Total
Depósitos a prazo:						
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	55.000	200.000	100.000	355.000	64.000	64.000
Banco Interatlântico, S.A.	108.055	100.000	-	208.055	93.000	93.000
Banco Caboverdiano de Negócios, S.A.	12.681	1.000	-	13.681	13.187	13.187
Banco Africano de Investimentos Cabo Verde, S.A.	4.031	-	-	4.031	6.491	6.491
	<u>179.767</u>	<u>301.000</u>	<u>100.000</u>	<u>580.767</u>	<u>176.678</u>	<u>176.678</u>

Os depósitos em vigor em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 são remunerados à taxa média de 3,96% e 4,90%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Obrigações de empresas nacionais” apresenta o seguinte detalhe:

Título	2014						
	Valor nominal	Quantidade	Taxa de juro	Maturidade	Periodicidade do cupão	Montante	Juros a receber (Nota 40)
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D	1	50.000	6,60%	01-07-2020	Semestral	50.000	1.494
SOGEI - Sociedade de Gestão de Investimentos, S.A.	1	59.949	EUR 6M + 2,75%	18-02-2017	Semestral	39.966	4.853
Banco Interatlântico, S.A.	5	4.612	6,00%	08-07-2018	Semestral	23.060	768
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	1	9.998	9,00%	28-07-2015	Semestral	9.998	515
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	1	10.710	5,75%	20-12-2017	Semestral	6.426	19
						<u>129.450</u>	<u>7.649</u>
Título	2013						
	Valor nominal	Quantidade	Taxa de juro	Maturidade	Periodicidade do cupão	Montante	Juros a receber (Nota 40)
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D	1	50.000	6,60%	01-07-2020	Semestral	50.000	1.448
SOGEI - Sociedade de Gestão de Investimentos, S.A.	1	59.949	EUR 6M + 2,75%	19-02-2014	Semestral	39.966	2.832
Banco Interatlântico, S.A.	5	4.612	6,00%	08-07-2018	Semestral	23.060	711
Tecniciil Imobiliária, S.A.	1	20.000	7,50%	26-02-2015	Semestral	20.000	1.517
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	1	9.998	9,00%	28-07-2015	Semestral	9.998	342
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	1	10.710	5,75%	20-12-2017	Semestral	8.568	18
Tecniciil Indústria, S.A.	1	7.120	7,50%	24-04-2014	Semestral	7.120	117
						<u>158.712</u>	<u>6.985</u>

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. têm aval do Estado de Cabo Verde.

Na sequência de deliberação da assembleia geral de obrigacionistas da Sogei - Sociedade de Gestão de Investimentos, S.A. ocorrida em 25 de Março de 2014, o prazo de vencimento das obrigações detidas pela Garantia foi prorrogado por um período de 3 anos, até 18 de Fevereiro de 2017. Adicionalmente, foi aprovado o reembolso dos juros vencidos até à data, que no caso da Garantia ascendiam a mCve 2.558, em seis prestações semestrais, vencendo-se a primeira em 18 de Agosto de 2014. Em 31 de Dezembro de 2014, encontrava-se por regularizar a prestação vencida em 18 de Agosto de 2014, bem como os juros relativos ao 11º cupão, totalizando os juros vencidos e não pagos mCve 4.853. Estas obrigações encontram-se colateralizadas por hipotecas, de 1º grau, sobre tractos de terreno detidos pela Sogei e todas as benfeitorias neles efectuados. Face ao incumprimento verificado, a Companhia registou imparidade de mCve 11.990.

Em 23 de Abril de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral de Obrigacionistas da Tecnical Imobiliária – Sociedade Unipessoal, S.A. a entrega de um conjunto de imóveis em dação de pagamento das obrigações emitidas por esta entidade, incluindo os respectivos juros vencidos e juros de mora aplicáveis. Na sequência desta operação, a Companhia recebeu dois imóveis, designados “Terreno - Palha Sé - AGF – Praia” e “Espaço Comercial Vila Verde Resort-Bloco C - Sta.Maria”, que foram registados nas suas demonstrações financeiras pelos montantes de mCve. 6.386 e mCve. 29.680, respectivamente, determinados com base em avaliações realizadas no âmbito da operação de dação em pagamento (Nota 9). O valor dos imóveis recebidos foi ainda utilizado para compensação de valores devidos pela Tecnical Imobiliária a título de prémios e rendas, que à data da operação ascendiam a cerca de mCve 12.830, não tendo sido registados ganhos com a operação.

No exercício de 2013, a Companhia adquiriu Obrigações do Tesouro no montante de mCve. 100.000, a 365 dias, e remuneradas semestralmente a uma taxa anual líquida de 5%.

### 6.3. Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Depósitos recebidos de resseguradores		
Partner Re/Bertoldi	75.292	81.327
R+V Versicherung AG	62.864	62.844
Fidelidade - Tratados	37.818	21.029
PM Re	8.627	10.690
Mapfre Re	18.873	10.474
Scor Re	809	727
Emose	-	61
	<u>204.283</u>	<u>187.152</u>
Outros passivos financeiros	66	66
	<u>204.349</u>	<u>187.218</u>

Os depósitos recebidos de resseguradores referem-se às verbas retidas pela Companhia aos seus resseguradores, tendo a natureza de depósitos de caução, como forma de garantir as suas responsabilidades com sinistros.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o saldo da rubrica “Outros passivos financeiros” respeita a descobertos em depósitos à ordem.

6.15. Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros**BALANÇO**

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2014		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
<b>Activo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	66.844	66.844
Activos financeiros disponíveis para venda	266.725	76.075	342.800
Empréstimos e contas a receber	-	698.227	698.227
Outros devedores	-	390.035	390.035
	<u>266.725</u>	<u>1.231.181</u>	<u>1.497.906</u>
<b>Passivo</b>			
Depósitos recebidos de resseguradores	-	204.283	204.283
Outros passivos financeiros	-	66	66
Outros credores	-	332.179	332.179
	-	<u>536.528</u>	<u>536.528</u>
	2013		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
<b>Activo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	26.407	26.407
Activos financeiros disponíveis para venda	552.332	76.075	628.407
Empréstimos e contas a receber	-	435.390	435.390
Outros devedores	-	410.368	410.368
	<u>552.332</u>	<u>948.240</u>	<u>1.500.572</u>
<b>Passivo</b>			
Depósitos recebidos de resseguradores	-	187.152	187.152
Outros passivos financeiros	-	66	66
Outros credores	-	311.441	311.441
	-	<u>498.659</u>	<u>498.659</u>

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade da Companhia

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral da Companhia e a sua posição no mercado.

Risco cambial

Para diminuir o risco cambial, a Companhia procura celebrar a maioria dos contratos em moeda nacional ou Euros.

O câmbio dos Escudos de Cabo Verde face ao Euro encontra-se fixo em 1 Euro /110,265 Escudos de Cabo Verde, resultante de um acordo de convertibilidade existente entre Cabo Verde e Portugal, pelo que não é considerado pelo Banco de Cabo Verde para efeitos de posição cambial.

### Risco de liquidez

Este risco é mitigado através de celebração de contratos de resseguros com Companhias de capacidade financeira sólida e através de acompanhamento diário dos fluxos de tesouraria/aplicações de fundos, por forma a coincidir as datas dos compromissos com o rendimento e/ou a maturidade dos investimentos.

### Risco de taxa de juro

Para eliminar este risco a Companhia celebra a maioria dos contratos com taxas de juro fixas. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Companhia detinha apenas uma obrigação com taxa de juro variável.

### Risco de crédito

A Companhia procura mitigar o risco de crédito associado aos seus investimentos em empréstimos e contas a receber através de uma análise cuidada das oportunidades de investimento, da capacidade financeira das contrapartes e das garantias reais associadas. No que diz respeito às contas a receber, a Companhia procura mitigar este risco considerando uma elevada exigência ao nível da qualidade dos resseguradores seleccionados para estabelecer relações comerciais.

### Risco de mercado

A Companhia tem pouca exposição a este tipo de risco na medida em que tenta, ao máximo, a selecção e diversificação de instrumentos da carteira de investimentos financeiros, procurando eliminar sempre os impactos das taxas de juro e de câmbio, através de negociação de taxas fixas.

### Justo valor de instrumentos financeiros

- O justo valor das aplicações financeiras registadas nas rubricas "Caixa e seus equivalentes e depósitos ordem" é igual ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;
- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:
  - As acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A. são valorizadas com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa, pelo método dos fluxos de caixa descontados, enquadrando-se deste modo no nível 3 de valorização definido pela norma IFRS 13;
  - O justo valor dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira foi determinado pela Companhia com base no valor do capital próprio divulgado no relatório anual do "International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund" de 2012 ajustado pelo diferencial face ao valor de mercado das obrigações detidas pelo Fundo. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não obteve os relatórios anuais, pelo que o valor de balanço destes títulos foi mantido, sujeito a testes de imparidade;
  - O valor das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde era a 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 inferior ao valor de balanço em mCve. 8.305 e mCve. 8.145, respectivamente. A Companhia manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde. Adicionalmente, realizou um teste de imparidade com base em avaliação da empresa;
  - As participações na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L., na CVC – Construções de Cabo Verde, S.A.R.L. e na Hiperpeças - Sociedade de Manutenção e Teste de Viaturas Auto para Inspeção, Lda. foram registadas ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 10.270, mCve. 8.744 e mCve. 5.700, respectivamente, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização;
  - A participação na Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A. foi registada ao custo histórico.

- A rubrica "Empréstimos e contas a receber" inclui essencialmente depósitos a prazo. A Companhia considera que o justo valor é igual ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo.
- Depósitos recebidos de resseguradores – o justo valor é igual ao seu valor de balanço, dado que correspondem a depósitos de curto prazo.

#### Risco de crédito

##### Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a exposição máxima a risco de crédito da Companhia apresenta a seguinte composição:

	2014			2013		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade e Ajustamentos	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade e Ajustamentos	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	66.844	-	66.844	26.407	-	26.407
Empréstimos e contas a receber	710.217	(11.990)	698.227	435.390	-	435.390
Outros devedores	478.812	(88.777)	390.035	487.760	(77.392)	410.368
Exposição máxima a risco de crédito	<u>1.255.873</u>	<u>(100.767)</u>	<u>1.155.106</u>	<u>949.557</u>	<u>(77.392)</u>	<u>872.165</u>

#### Qualidade de crédito

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os depósitos em instituições de crédito foram realizados em instituições de crédito sem *rating* e sediadas em Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, por tipo de emitente, tem a seguinte decomposição:

Classe de activo	2014	2013
Empréstimos e outras contas a receber:		
Governos e outras autoridades locais	-	100.000
Corporate	106.390	127.084
Instituições financeiras	23.060	31.628
	<u>129.450</u>	<u>258.712</u>

Estes emitentes encontram-se sedeados em Cabo Verde e não têm *rating*.

#### Risco de liquidez

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2014						Total
	Prazos residuais contratuais						
	Até 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
<b>Activo</b>							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	66.844	-	-	-	-	-	66.844
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	23.166	319.634	342.800
Empréstimos e contas a receber (valor bruto)	-	580.767	9.998	69.452	50.000	-	710.217
Outros devedores	390.035	-	-	-	-	-	390.035
	<u>456.879</u>	<u>580.767</u>	<u>9.998</u>	<u>69.452</u>	<u>73.166</u>	<u>319.634</u>	<u>1.509.896</u>
<b>Passivo</b>							
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	204.283	-	-	-	204.283
Outros passivos financeiros	66	-	-	-	-	-	66
Outros credores	332.179	-	-	-	-	-	332.179
	<u>332.245</u>	<u>-</u>	<u>204.283</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>536.528</u>

	2013						Total
	Prazos residuais contratuais						
	Até 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
<b>Activo</b>							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	26.407	-	-	-	-	-	26.407
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	23.165	605.242	628.407
Empréstimos e contas a receber	100.000	176.678	70.146	38.566	50.000	-	435.390
Outros devedores	410.368	-	-	-	-	-	410.368
	<u>536.775</u>	<u>176.678</u>	<u>70.146</u>	<u>38.566</u>	<u>73.165</u>	<u>605.242</u>	<u>1.500.572</u>
<b>Passivo</b>							
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	187.152	-	-	-	187.152
Outros passivos financeiros	66	-	-	-	-	-	66
Outros credores	311.441	-	-	-	-	-	311.441
	<u>311.507</u>	<u>-</u>	<u>187.152</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>498.659</u>

Os saldos apresentados acima não são comparáveis com os saldos contabilísticos dado incluírem fluxos de caixa projectados e não se encontrarem descontados.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificadas como exigíveis à vista, incluídos no "Até 1 mês";
- Os valores que constam das rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" são valores exigíveis à vista, sendo classificadas como maturidade "Até 1 mês";
- Os instrumentos de capital foram classificadas com maturidade "Indeterminado";
- Os montantes registados na rubrica "Depósitos recebidos de resseguradores" correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renovados ao início de cada exercício, pelo que foram classificadas como maturidade de "entre 6 meses a 1 ano".

#### Risco de mercado

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe dos instrumentos financeiros por tipo de exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	2014			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	taxa fixa	taxa variável		
<b>Activo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	66.844	66.844
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	342.800	342.800
Empréstimos e contas a receber (Valor bruto)	670.251	39.966	-	710.217
Outros devedores	-	-	390.035	390.035
	<u>670.251</u>	<u>39.966</u>	<u>799.679</u>	<u>1.509.896</u>
<b>Passivo</b>				
Depósitos recebidos de resseguradores	204.283	-	-	204.283
Outros passivos financeiros	-	-	66	66
Outros credores	-	-	332.179	332.179
	<u>204.283</u>	<u>-</u>	<u>332.245</u>	<u>536.528</u>

	2013			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	taxa fixa	taxa variável		
<b>Activo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	26.407	26.407
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	628.407	628.407
Empréstimos e contas a receber (Valor bruto)	395.424	39.966	-	435.390
Outros devedores	-	-	410.368	410.368
	<u>395.424</u>	<u>39.966</u>	<u>1.065.182</u>	<u>1.500.572</u>
<b>Passivo</b>				
Depósitos recebidos de resseguradores	187.152	-	-	187.152
Outros passivos financeiros	-	-	66	66
Outros credores	-	-	311.441	311.441
	<u>187.152</u>	<u>-</u>	<u>311.507</u>	<u>498.659</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou da data de refixação, tem a seguinte decomposição:

		2014						
		Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
<b>Activo</b>								
Empréstimos e contas a receber (valor bruto)		580.767	-	9.998	69.452	50.000	-	710.217
		580.767	-	9.998	69.452	50.000	-	710.217
<b>Passivo</b>								
Depósitos recebidos de resseguradores		-	-	-	(204.283)	-	-	(204.283)
		-	-	-	(204.283)	-	-	(204.283)
Exposição líquida		580.767	-	9.998	(134.831)	50.000	-	505.934
		580.767	-	9.998	(134.831)	50.000	-	505.934
		2013						
		Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
<b>Activo</b>								
Empréstimos e contas a receber		100.000	176.678	-	-	-	158.712	435.390
		100.000	176.678	-	-	-	158.712	435.390
<b>Passivo</b>								
Depósitos recebidos de resseguradores		-	-	-	(187.152)	-	-	(187.152)
		-	-	-	(187.152)	-	-	(187.152)
Exposição líquida		100.000	176.678	-	(187.152)	-	158.712	248.238
		100.000	176.678	-	(187.152)	-	158.712	248.238

*Risco cambial*

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2014		
	Escudos de Cabo Verde	Dólares Norte Americanos	Total
<b>Activo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	61.529	5.315	66.844
Activos financeiros disponíveis para venda	342.800	-	342.800
Empréstimos e contas a receber (valor bruto)	710.217	-	710.217
Outros devedores	390.035	-	390.035
	<u>1.504.581</u>	<u>5.315</u>	<u>1.509.896</u>
<b>Passivo</b>			
Depósitos recebidos de resseguradores	204.283	-	204.283
Outros passivos financeiros	66	-	66
Outros credores	332.179	-	332.179
	<u>536.528</u>	<u>-</u>	<u>536.528</u>
	2013		
	Escudos de Cabo Verde	Dólares Norte Americanos	Total
<b>Activo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	24.642	1.765	26.407
Activos financeiros disponíveis para venda	628.407	-	628.407
Empréstimos e contas a receber	435.390	-	435.390
Outros devedores	410.368	-	410.368
	<u>1.498.807</u>	<u>1.765</u>	<u>1.500.572</u>
<b>Passivo</b>			
Depósitos recebidos de resseguradores	187.152	-	187.152
Outros passivos financeiros	66	-	66
Outros credores	311.441	-	311.441
	<u>498.659</u>	<u>-</u>	<u>498.659</u>

## 8. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Caixa e seus equivalentes:		
Sede	3.018	658
Dependências	1.080	1.685
	<u>4.098</u>	<u>2.343</u>
Depósitos à ordem:		
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	40.436	12.502
Novo Banco, S.A.	11.482	4.019
Banco Africano de Investimentos, S.A.	3.691	991
Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L.	2.995	3.063
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	2.402	699
Banco Caboverdiano de Negócios, S.A.	1.504	1.810
Ecobank	236	980
	<u>62.746</u>	<u>24.064</u>
	<u>66.844</u>	<u>26.407</u>

## 9. TERRENOS E EDIFÍCIOS

Nos exercícios de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nas rubricas de “Terrenos e edifícios” foi o seguinte:

	2014							Saldos em 31.12.2014		
	Saldos em 31.12.2013		Transferências	Reavaliação (Nota 18)	Amortizações do exercício (Nota 21)	Adições	Amortizações	Valor	Amortizações	Valor
	Valor bruto	Amortizações acumuladas						bruto	acumuladas	Líquido
Terrenos e edifícios:										
De uso próprio	381.049	(29.100)	-	-	(7.125)	6.386	387.435	(36.225)	351.210	
De rendimento	253.809	-	-	1.093	-	29.680	284.582	-	284.582	
	<u>634.858</u>	<u>(29.100)</u>	<u>-</u>	<u>1.093</u>	<u>(7.125)</u>	<u>36.066</u>	<u>672.017</u>	<u>(36.225)</u>	<u>635.792</u>	

	2013							Saldos em 31.12.2013		
	Saldos em 31.12.2012		Transferências	Reavaliação (Nota 18)	Amortizações do exercício (Nota 21)	Adições	Amortizações	Valor	Amortizações	Valor
	Valor bruto	Amortizações acumuladas						bruto	acumuladas	Líquido
Terrenos e edifícios:										
De uso próprio	374.633	(21.974)	-	6.416	(7.126)	-	381.049	(29.100)	351.949	
De rendimento	233.917	-	14.925	4.967	-	-	253.809	-	253.809	
	<u>608.550</u>	<u>(21.974)</u>	<u>14.925</u>	<u>11.383</u>	<u>(7.126)</u>	<u>-</u>	<u>634.858</u>	<u>(29.100)</u>	<u>605.758</u>	

No exercício de 2014, as adições correspondem aos imóveis recebidos pela Companhia em dação de pagamento das obrigações emitidas pela Tecnical Imobiliária, incluindo os respectivos juros vencidos e juros de mora aplicáveis (Nota 6.2). No momento do seu reconhecimento inicial, estes imóveis foram registados pelo valor das respectivas avaliações, realizadas no âmbito da operação de dação em pagamento.

Em 2013 foi transferido para a rubrica “Terrenos e edifícios de rendimento”, o saldo de 14.925 mCve relativo ao espaço comercial na Ilha do Sal. Em 31 de Dezembro de 2012 este saldo encontrava-se registado na rubrica “Activos tangíveis em curso” (Nota 10).

Terrenos e edifícios de uso próprio

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os terrenos e edifícios de serviço próprio detidos pela Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Localização	Ano de aquisição	Data da última avaliação	2014			2013		
			Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Praia – Chã de Areia	2004	2013	201.208	(20.671)	180.537	201.208	(16.647)	184.561
Filial São Vicente	1994	2013	44.134	(4.413)	39.721	44.134	(3.531)	40.603
Armazém Achada Grande	2006	2013	23.764	(2.376)	21.388	23.764	(1.901)	21.863
Boavista – Espaço comercial	2007	2013	19.004	(1.885)	17.119	19.004	(1.505)	17.499
Agência – Palmarejo	2010	2013	17.387	(1.739)	15.648	17.387	(1.391)	15.996
Apartamento Filial S. Vicente	2001	2013	16.825	(1.683)	15.142	16.825	(1.346)	15.479
Praia – Av. Guerra Mendes – 4º Plateau	1991	2013	15.824	(1.582)	14.242	15.824	(1.266)	14.558
Terreno – Praia - Chã de Areia	2005	2014	9.523	-	9.523	9.523	-	9.523
Praia – Av. Guerra Mendes – 2º Plateau	1986	2013	10.542	(1.054)	9.488	10.542	(843)	9.699
Terreno – Sal	1993	2014	8.670	-	8.670	8.670	-	8.670
Sal – Santa Maria – Loja	2008	2013	7.598	(822)	6.776	7.598	(670)	6.928
Terreno - Palha Sé - AGF - Praia	2014	2014	6.386	-	6.386	-	-	-
Terreno – Assomada	2007	2014	6.000	-	6.000	6.000	-	6.000
Terreno – São Filipe	2011	2014	570	-	570	570	-	570
			<u>387.435</u>	<u>(36.225)</u>	<u>351.210</u>	<u>381.049</u>	<u>(29.100)</u>	<u>351.949</u>

Conforme referido na Nota 3.2.4., os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao custo de aquisição, de acordo com a opção prevista na IAS 16, tendo o seu justo valor em 1 de Janeiro de 2010 sido considerado como custo de aquisição.

Os edifícios de uso próprio são amortizados ao longo da respectiva vida útil definida em cada avaliação.

O imóvel situado na Praia – Chã de Areia corresponde à parcela da Companhia no edifício da nova Sede das entidades participadas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos em Cabo Verde, cujas obras foram concluídas no exercício de 2004. O terreno onde se encontram construídas estas instalações foi adquirido no exercício de 2005.

Terrenos e edifícios de rendimento

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os terrenos e edifícios de rendimento detidos pela Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Localização	Ano de aquisição	Data da última avaliação	Custo de aquisição	Valor de balanço	
				2014	2013
				Valor Bruto	Valor Bruto
Sal – Santa Maria – 1º Dto	2008	2014	39.927	55.615	55.615
Sal – Santa Maria – 1º Esq	2008	2014	35.127	44.270	44.270
Prédio - Rua do Corvo	2010	2014	29.137	29.835	29.835
Espaço Comercial Vila Verde Resort-Bloco C - Sta.Maria	2014	2014	29.680	29.680	-
Edifício Águia	2010	2014	24.104	25.010	25.010
Predio BIA - Av. Cidade Lisboa	2011	2014	23.053	23.655	23.655
Prédio ASA	2011	2014	18.577	21.000	21.000
Miramar	2008	2014	17.476	17.872	17.872
Boavista - Espaço comercial	2008	2014	13.068	16.093	15.000
Espaço Turinvest - Bloco B nº0/4 Sal - Sta.Maria	2013	2014	14.925	14.925	14.925
Praia – Palmarejo	2005	2014	4.757	6.627	6.627
			<u>249.831</u>	<u>284.582</u>	<u>253.809</u>

Conforme referido na Nota 3.2.3., os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se valorizados ao justo valor determinado com recurso a avaliadores externos.

Métodos de avaliação

As avaliações dos terrenos ou edifícios são efectuadas tendo em vista a obtenção do preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objecto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem.

Os métodos de avaliação normalmente utilizados são:

- Método comparativo de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transacções e/ou propostas efectivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário.
- Método do custo: consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais características físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas.

Nos exercícios de 2014 e 2013, os rendimentos reconhecidos na conta de ganhos e perdas relativos a terrenos e edifícios de rendimento foram de mCve. 11.580 e mCve. 10.762, respectivamente (Nota 16).

10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Nos exercícios de 2014 e 2013, o movimento nas rubricas de “Outros activos tangíveis” foi o seguinte:

	2014											
	Saldos em 31.12.2013							Alienações e abates		Saldos em 31.12.2014		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transferências	Amortizações do exercício (Nota 21)	Reforços / reversões de imparidade no exercício	Saldo bruto	Amortizações	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido	
Equipamento:												
Equipamento administrativo	80.771	(65.857)	1.222	-	(6.917)	-	-	-	81.993	(72.774)	9.219	
Equipamento informático	83.634	(76.158)	13.713	-	(7.267)	-	-	-	97.347	(83.425)	13.922	
Material de transporte	69.054	(54.081)	27.237	435	(9.461)	-	(4.730)	4.109	91.996	(59.433)	32.563	
Outro equipamento	18.195	(14.979)	-	-	(1.820)	-	-	-	18.195	(16.799)	1.396	
Património artístico	4.276	-	-	-	-	-	-	-	4.276	-	4.276	
Despesas em edifícios arrendados	20.136	(17.974)	16	-	(1.679)	-	-	-	20.152	(19.653)	499	
Activos tangíveis em curso												
Terrenos e edifícios em curso	94.719	(30.500)	3.233	-	-	(2.937)	-	-	97.952	(33.437)	64.515	
Outros	1.422	-	-	(435)	-	-	-	-	987	-	987	
	<b>372.207</b>	<b>(259.549)</b>	<b>45.421</b>	<b>-</b>	<b>(27.144)</b>	<b>(2.937)</b>	<b>(4.730)</b>	<b>4.109</b>	<b>412.898</b>	<b>(285.521)</b>	<b>127.377</b>	

	2013											
	Saldos em 31.12.2012							Alienações e abates		Saldos em 31.12.2013		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transferências	Amortizações do exercício (Nota 21)	Reforços / reversões de imparidade no exercício	Saldo bruto	Amortizações	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido	
Equipamento:												
Equipamento administrativo	79.008	(58.271)	1.763	-	(7.586)	-	-	-	80.771	(65.857)	14.914	
Equipamento informático	81.324	(69.959)	2.310	-	(6.199)	-	-	-	83.634	(76.158)	7.476	
Material de transporte	67.932	(38.085)	1.122	-	(15.996)	-	-	-	69.054	(54.081)	14.973	
Outro equipamento	18.195	(12.988)	-	-	(1.991)	-	-	-	18.195	(14.979)	3.216	
Património artístico	4.101	-	175	-	-	-	-	-	4.276	-	4.276	
Despesas em edifícios arrendados	19.956	(16.262)	180	-	(1.712)	-	-	-	20.136	(17.974)	2.162	
Activos tangíveis em curso												
Terrenos e edifícios em curso	109.644	-	-	(14.925)	-	(30.500)	-	-	94.719	(30.500)	64.219	
Outros	1.422	-	-	-	-	-	-	-	1.422	-	1.422	
	<b>381.582</b>	<b>(195.565)</b>	<b>5.550</b>	<b>(14.925)</b>	<b>(33.484)</b>	<b>(30.500)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>372.207</b>	<b>(259.549)</b>	<b>112.658</b>	

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a rubrica “Activos tangíveis em curso – Terreno e edifícios em curso” refere-se a imóveis adquiridos pela Companhia nos quais estão a ser realizadas obras. Nestas datas, inclui seis fracções do condomínio “Salinas Beach Resort”, situado na ilha do Maio, recebidas em dação em pagamento de prémios de seguro, cujo valor de balanço, líquido de imparidade ascende a mCve. 50.156 e mCve. 53.093, respectivamente. O registo destes activos foi efectuado com base em contratos de promessa de compra e venda, que prevêem a transferência para a Companhia dessas fracções após a conclusão da construção do empreendimento em que se encontram inseridas.

No exercício de 2013, a Companhia registou uma imparidade relativa a estas fracções no montante de mCve. 30.500, tendo reforçado a mesma, em 2014, no montante de mCve 2.937. Adicionalmente, registou na rubrica "Outras Provisões" uma provisão no montante de mCve. 25.851 para cobertura de perdas potenciais estimadas associadas a este imóvel (Nota 13).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estão em vigor contratos de leasing para aquisição de viaturas, registados nas seguintes rubricas de balanço:

	2014	2013
Equipamento de transporte		
. Valor bruto	39.260	36.652
. Amortizações acumuladas	<u>(36.573)</u>	<u>(26.845)</u>
	<u>2.687</u>	<u>9.807</u>
Fornecedores de imobilizado em locação financeira (Nota 39)	<u>8.098</u>	<u>8.272</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os pagamentos mínimos das locações operacionais relativos a equipamentos de transporte detalham-se conforme se segue:

	2014	2013
Rendas		
. Até 1 ano	421	5.619
. Mais de 1 ano	<u>6.607</u>	<u>453</u>
	7.028	6.072
Valor residual	<u>1.070</u>	<u>2.200</u>
	<u>8.098</u>	<u>8.272</u>

#### 11. AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a afectação dos investimentos e outros activos a contratos de seguro, pode ser resumida da seguinte forma:

	2014			
	Seguros de vida	Seguros não vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	66.844	66.844
Activos financeiros disponíveis para venda	12.487	307.419	22.894	342.800
Empréstimos concedidos e contas a receber	11.555	686.672	-	698.227
Terrenos e edifícios	6.623	371.397	257.772	635.792
Outros activos tangíveis	-	-	127.377	127.377
	<u>30.665</u>	<u>1.365.488</u>	<u>474.887</u>	<u>1.871.040</u>
	2013			
	Seguros de vida	Seguros não vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	26.407	26.407
Activos financeiros disponíveis para venda	7.696	452.912	167.799	628.407
Empréstimos concedidos e contas a receber	9.639	425.751	-	435.390
Terrenos e edifícios	6.735	354.580	244.443	605.758
Outros activos tangíveis	-	-	112.658	112.658
	<u>24.070</u>	<u>1.233.243</u>	<u>551.307</u>	<u>1.808.620</u>

12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios de 2014 e 2013, o movimento nas rubricas de “Outros activos intangíveis” foi o seguinte:

	2014					
	Saldos em 31.12.2013		Aquisições	Amortizações do exercício (Nota 21)	Saldos em 31.12.2014	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas			Valor bruto	Amortizações acumuladas
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	113.082	(90.505)	5.779	(11.829)	118.861	(102.334)

	2013					
	Saldos em 31.12.2012		Aquisições	Amortizações do exercício (Nota 21)	Saldos em 31.12.2013	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas			Valor bruto	Amortizações acumuladas
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	102.634	(76.903)	10.272	(13.602)	113.082	(90.505)

13. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS DE CONTAS DE ACTIVO

O movimento dos ajustamentos nos exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2012	Variação por resultados	Saldos em 31-12-2013	Variação por resultados		Utilizações	Saldos em 31-12-2014
				Provisões	Outros		
Provisão para recibos por cobrar (Nota 38)	56.007	(1.047)	54.960	1.009	-	-	55.969
Provisão para recibos por cobrança duvidosa (Nota 38)							
Devedores por operações de resseguro	3.663	-	3.663	-	-	-	3.663
Outros devedores	16.673	2.096	18.769	10.471	-	95	29.335
	20.336	2.096	22.432	10.471	-	95	32.998
Provisão para riscos e encargos							
Devedores por operações de resseguro	38	-	38	-	-	-	38
Impostos	-	-	-	-	42.531	-	42.531
Outras	8.946	(3.237)	5.709	25.851	-	-	31.560
	8.984	(3.237)	5.747	25.851	42.531	-	74.129
	85.327	(2.188)	83.139	37.331	42.531	95	163.096

No exercício de 2014, o reforço da rubrica “Provisões para riscos e encargos – Outras” destina-se à cobertura de perdas por imparidade estimadas relativas ao imóvel “Salinas Beach Resort”.

No exercício de 2014, a Companhia constituiu uma provisão para contingências fiscais, registada por contrapartida da rubrica “Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes” (Nota 24).

14. PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ramos Técnicos	2014			2013		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
<b>Prémios brutos emitidos</b>						
<b>Ramo vida</b>	50.241	(30.304)	19.937	52.689	(30.285)	22.404
<b>Ramo não vida</b>						
Automóvel	544.776	(225.406)	319.370	540.411	(281.664)	258.747
Incêndio e outros danos	227.601	(188.101)	39.500	233.094	(199.690)	33.404
Acidentes e doença	193.258	(51.066)	142.192	182.942	(72.855)	110.087
Transportes	68.074	(41.526)	26.548	134.871	(106.287)	28.584
Diversos	11.904	-	11.904	20.402	-	20.402
Responsabilidade civil geral	65.724	(59.403)	6.321	73.585	(62.437)	11.148
	<u>1.111.337</u>	<u>(565.502)</u>	<u>545.835</u>	<u>1.185.305</u>	<u>(722.933)</u>	<u>462.372</u>
	<u>1.161.578</u>	<u>(595.806)</u>	<u>565.772</u>	<u>1.237.994</u>	<u>(753.218)</u>	<u>484.776</u>

A variação da provisão para prémios não adquiridos para o exercício de 2014 e 2013 apresenta a seguinte composição:

Ramos Técnicos	2014			2013		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
<b>Varição da provisão para prémios não adquiridos:</b>						
<b>Ramo não vida</b>						
Automóvel	966	(7.753)	(6.787)	5.577	(2.028)	3.549
Incêndio e outros danos	(1.443)	6.532	5.089	26.643	(25.003)	1.640
Acidentes e doença	2.903	-	2.903	2.698	-	2.698
Transportes	(2.288)	(2.825)	(5.113)	495	(585)	(90)
Diversos	(6.473)	7.942	1.469	(1.129)	(180)	(1.309)
Responsabilidade civil geral	(507)	621	114	13.579	(13.522)	57
	<u>(6.842)</u>	<u>4.517</u>	<u>(2.325)</u>	<u>47.863</u>	<u>(41.318)</u>	<u>6.545</u>

15. COMISSÕES RECEBIDAS DOS CONTRATOS DE RESSEGURO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Vida	5.906	5.910
Não Vida:		
Automóvel	80.013	96.498
Incêndio e outros danos	35.428	40.111
Acidentes e doença	11.284	21.333
Transportes	7.228	17.116
Responsabilidade civil	6.082	6.320
	<u>140.035</u>	<u>181.378</u>
	<u>145.941</u>	<u>187.288</u>

16. RENDIMENTOS DE INVESTIMENTOS

Nos exercícios de 2014 e 2013, as rubricas de rendimentos de investimentos, apresentam a seguinte composição:

	2014					2013				
	Juros	Dividendos	Rendas	Outros	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Outros	Total
Investimentos afectos às provisões técnicas dos ramos não-vida:										
Terrenos e edifícios (Nota 9)	-	-	11.226	-	11.226	-	-	9.944	-	9.944
Activos financeiros disponíveis para venda	-	6.621	-	-	6.621	-	5.656	-	-	5.656
Empréstimos e contas a receber	11.353	-	-	-	11.353	16.458	-	-	-	16.458
Depósitos à ordem em instituições de crédito	19.907	-	-	1.731	21.638	7.740	-	-	-	7.740
	<u>31.260</u>	<u>6.621</u>	<u>11.226</u>	<u>1.731</u>	<u>50.838</u>	<u>24.198</u>	<u>5.656</u>	<u>9.944</u>	<u>-</u>	<u>39.798</u>
Investimentos afectos às provisões técnicas dos ramos vida:										
Terrenos e edifícios (Nota 9)	978	-	354	-	1.332	790	-	818	-	1.608
	<u>978</u>	<u>-</u>	<u>354</u>	<u>-</u>	<u>1.332</u>	<u>790</u>	<u>-</u>	<u>818</u>	<u>-</u>	<u>1.608</u>
	<u>32.238</u>	<u>6.621</u>	<u>11.580</u>	<u>1.731</u>	<u>52.170</u>	<u>24.988</u>	<u>5.656</u>	<u>10.762</u>	<u>-</u>	<u>41.406</u>

17. GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

No exercício de 2014, o saldo destas rubricas corresponde à mais valia de mCve. 224.130 realizada com a alienação de 89.504 acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A., representativas de 6,576% do capital social do Banco (Nota 6).

18. GANHOS E PERDAS PROVENIENTES DE AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Nos exercícios de 2014 e 2013, estas rubricas reflectem a variação no justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento (Nota 9).

19. GANHOS E PERDAS EM DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Nos exercícios de 2014 e 2013, os proveitos líquidos com diferenças de câmbio ascenderam a mCve. 395 e mCve. 3.597, respectivamente (Nota 41).

20. CUSTOS DE FINANCIAMENTO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os custos de financiamento incluem juros de depósitos recebidos de resseguradores e de activos em locação financeira (Nota 21), e apresentam o seguinte detalhe:

	2014	2013
Juros suportados		
Depósitos recebidos de resseguradores	8.929	4.874
Activos em locação financeira	435	938
Outros	-	22
	<u>9.364</u>	<u>5.834</u>

21. GASTOS DIVERSOS, POR NATUREZA E FUNÇÃO

Nos exercícios de 2014 e 2013, os gastos diversos apresentam a seguinte composição por natureza:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Gastos com pessoal (Nota 22)	204.378	187.107
Fornecimentos e serviços externos:		
Trabalhos especializados	22.715	25.258
Electricidade	15.688	16.456
Publicidade e propaganda	15.617	17.307
Comunicação	13.328	14.019
Custos com trabalho independente	12.485	6.342
Conservação e reparação	9.769	9.792
Impressos e material de escritório	9.756	7.934
Seguros	8.000	5.967
Deslocações e estadas	7.113	5.537
Rendas e alugueres	5.363	5.077
Vigilância e segurança	5.074	5.111
Artigos para oferta	4.113	3.035
Combustíveis	3.477	3.738
Limpeza, higiene e conforto	3.150	3.377
Despesas com cobrança de recibos	3.081	2.906
Prevenção	1.727	1.511
Contencioso e notariado	1.182	1.000
Despesas de representação	680	165
Outros	4.941	3.793
	<u>147.259</u>	<u>138.325</u>
Imposto sobre o valor acrescentado	3.832	4.924
Taxa para o Banco de Cabo Verde	8.581	9.364
Fundo de garantia automóvel	6.090	5.867
Encargos com juros (Nota 20)	9.364	5.834
Encargos com comissões	5.144	200
Outros	2.394	1.490
	<u>35.405</u>	<u>27.679</u>
Depreciações e amortizações do exercício		
Terrenos e edifícios de uso próprio (Nota 9)	7.125	7.126
Activos fixos tangíveis (Nota 10)	27.144	33.484
Activos intangíveis (Nota 12)	11.829	13.602
	<u>46.098</u>	<u>54.212</u>
	<u><u>433.140</u></u>	<u><u>407.323</u></u>

Nos exercícios de 2014 e 2013, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

	2014			2013		
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Total	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Total
Custos de aquisição:						
Custos imputados	10.072	94.241	104.313	4.566	102.717	107.283
Comissões de mediação	1.207	18.865	20.072	1.079	17.107	18.186
	<u>11.279</u>	<u>113.106</u>	<u>124.385</u>	<u>5.645</u>	<u>119.824</u>	<u>125.469</u>
Gastos administrativos:						
Custos imputados	39.168	202.768	241.936	8.656	215.440	224.096
Gastos com investimentos (Nota 20):						
Custos imputados	187	18.267	18.454	66	8.180	8.246
Custos com sinistros - Montantes pagos:						
Custos imputados	68.437	-	68.437	-	67.698	67.698
Total dos custos de exploração imputados	<u>117.864</u>	<u>315.276</u>	<u>453.212</u>	<u>13.288</u>	<u>394.035</u>	<u>407.323</u>

## 22. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Remunerações		
Órgãos sociais	11.333	9.577
Pessoal	107.360	103.099
Subsídios	25.886	25.380
Encargos sobre remunerações	22.507	20.862
Prémio de produtividade	14.142	9.279
Cursos de formação de colaboradores	4.066	2.320
Gastos de acção social	2.749	2.975
Seguros obrigatórios	3.808	2.668
Outros gastos com o pessoal	12.527	10.947
	<u>204.378</u>	<u>187.107</u>

Em 2014 e 2013, o número médio de trabalhadores, por categorias, é o seguinte:

	2014	2013
Administradores	5	5
Directores	16	17
Técnicos	19	19
Administrativos	41	37
Pessoal auxiliar	18	17
	<u>99</u>	<u>95</u>

23. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Companhia não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego aos seus colaboradores.

24. IMPOSTOS

A Companhia está sujeita ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Os saldos de activos e passivos por impostos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 eram os seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Activos por impostos correntes</u>		
Imposto Único sobre os Rendimentos:		
Retenções na fonte	4.343	4.533
Outros	4.910	1.942
	<u>9.253</u>	<u>6.475</u>
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento:		
Imposto Único sobre os Rendimentos a pagar	(13.553)	(28.424)
Imposto do selo	(10.752)	(12.354)
Taxa do Banco de Cabo Verde	(4.229)	(4.775)
Fundo de Garantia Automóvel	(4.925)	(4.702)
Retenções na fonte	(4.191)	(3.408)
Contribuições para a segurança social	(1.618)	(1.592)
Outros	(79)	(77)
	<u>(39.347)</u>	<u>(55.332)</u>
	<u>(30.094)</u>	<u>(48.857)</u>
Activos por impostos diferidos	16.024	16.024
Passivos por impostos diferidos	<u>(61.707)</u>	<u>(111.714)</u>
	<u>(45.683)</u>	<u>(95.690)</u>

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014			Saldo em 31.12.2014
	Saldo em 31.12.2013	Variação em		
		Capital Próprio	Resultados	
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(93.704)	50.007	-	(43.697)
Ajustamentos de transição para PCES	(1.986)	-	-	(1.986)
	<u>(95.690)</u>	<u>50.007</u>	<u>-</u>	<u>(45.683)</u>
	2013			Saldo em 31.12.2013
	Saldo em 31.12.2012	Variação em		
		Capital Próprio	Resultados	
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(92.879)	(825)	-	(93.704)
Ajustamentos de transição para PCES	(3.905)	-	1.919	(1.986)
	<u>(96.784)</u>	<u>(825)</u>	<u>1.919</u>	<u>(95.690)</u>

No exercício de 2014, a variação do passivo por impostos diferidos da rubrica "Valorização de activos financeiros disponíveis para venda" resultou da operação de alienação de 89.504 acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A., representativas de 6,576% do capital social do Banco (Nota 6).

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2010 com efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente

relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos.

Os custos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2014	2013
Impostos correntes do exercício	12.269	(21.337)
Impostos correntes - provisões (Nota 13)	42.531	-
Impostos correntes - correcções a exercícios anteriores	-	20.000
Impostos diferidos	-	(1.919)
Total de impostos em resultados	<u>54.800</u>	<u>(3.256)</u>
Lucro antes de impostos	225.697	76.366
Carga fiscal	24,28%	-4,26%

A Companhia foi objecto de uma liquidação adicional em resultado da revisão pelas autoridades fiscais da declaração de imposto sobre o rendimento relativa ao exercício de 2013. A Companhia contestou as correcções efectuadas, encontrando-se na data da aprovação das demonstrações financeiras a aguardar resposta ao recurso hierárquico submetido à Exma. Sra. Ministra das Finanças de Cabo Verde.

Não obstante considerar que a Companhia cumpriu com todas as disposições do normativo fiscal vigente, a Garantia registou uma provisão para contingências fiscais tendo em vista cobrir, de forma prudente, eventuais perdas nesta área resultantes de divergências na interpretação do referido normativo pelas autoridades fiscais.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto, verificada nos exercícios de 2014 e 2013, pode ser demonstrada como se segue:

	2014		2013	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		<u>225.697</u>		<u>76.366</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,50%	57.553	25,50%	19.473
Correcções a impostos de exercícios anteriores	0,00%	-	(26,19%)	(20.000)
Provisões no imposto corrente	18,84%	42.531	0,00%	-
Diferenças definitivas a acrescentar:				
Imparidades não relevantes para efeitos fiscais	4,61%	10.398	0,00%	-
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	1,29%	2.903	0,00%	-
Outros	0,59%	1.321	0,00%	-
Benefícios fiscais:				
Valias realizadas com a alienação de partes de capital	(25,32%)	(57.153)	0,00%	-
Dividendos de instrumentos de capital	(0,75%)	(1.688)	(2,15%)	(1.641)
Donativos e mecenato	(0,47%)	(1.065)	(1,42%)	(1.088)
Imposto sobre lucros do exercício	<u>24,28%</u>	<u>54.800</u>	<u>(4,26%)</u>	<u>(3.256)</u>

A mais-valia na alienação de uma parcela da participação detida pela Companhia no Banco Comercial do Atlântico, S.A. encontra-se isenta de tributação, ao abrigo do n.º 3 do artigo 27º do Regulamento do Imposto Único sobre Rendimentos (RIUR), conforme redação resultante da Lei n.º 59/VI, de 18 de Abril de 2005 (Nota 6).

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira e os dividendos pagos por entidades admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde encontram-se isentos de tributação.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei 37/IV/ 92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Companhia durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de Dezembro de 2014.

## 25. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, o capital da Companhia está representado por 200.000 acções, com valor nominal de dois mil Escudos de Cabo Verde, encontrando-se integralmente subscrito e realizado, sendo detido pelas seguintes entidades:

	2014		2013	
	%	Número de Acções	%	Número de Acções
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	55,90	111.789	-	-
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	25,00	50.000	35,00	70.000
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social, EP	12,19	24.380	12,20	24.380
CCV - Correios de Cabo Verde, EP	4,50	9.000	4,50	9.000
Trabalhadores	1,55	3.105	-	-
Estado de Cabo Verde	0,86	1.726	2,40	4.831
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	-	-	45,90	91.789
	<u>100,00</u>	<u>200.000</u>	<u>100,00</u>	<u>200.000</u>

Durante o exercício de 2014, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) alienou a totalidade da participação que detinha no capital social da Companhia à Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade). Por outro lado, o Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L. alienou também à Fidelidade acções representativas de 10% do capital social da Companhia.

Na Assembleia Geral da Companhia realizada em 26 de Maio de 2014 foi deliberado que o resultado estatutário de 2013 fosse aplicado da seguinte forma:

Aplicação de resultados do exercício:

Reserva legal	7.962
Dividendos	47.773
Outras reservas	23.887
	<u>79.622</u>

Na Assembleia Geral da Companhia realizada em 4 de Junho de 2013 foi deliberado que o resultado estatutário de 2012 fosse aplicado da seguinte forma:

Aplicação de resultados do exercício:

Reserva legal	8.915
Dividendos	40.119
Outras reservas	40.119
	<u>89.153</u>

26. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Reservas de reavaliação:		
Por ajustamentos no justo valor:		
- De activos financeiros disponíveis para venda	172.796	368.900
Reserva por impostos diferidos:		
- De activos financeiros disponíveis para venda	<u>(43.697)</u>	<u>(93.704)</u>
	<u>129.099</u>	<u>275.196</u>
Outras reservas		
- Reserva legal	116.423	108.461
- Reserva estatutária	148.489	124.603
- Outras reservas	14.709	14.708
	<u>279.621</u>	<u>247.772</u>
Resultados transitados	<u>46.019</u>	<u>46.019</u>
Resultado do exercício	<u>170.897</u>	<u>79.622</u>
	<u>625.636</u>	<u>648.609</u>

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício, deverá ser transferida para a reserva legal, até um mínimo igual à quinta parte do seu capital social. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

As “Reservas de reavaliação” reflectem as mais e menos valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda.

27. RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado por acção em 2014 e 2013 foi determinado como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado líquido do exercício	170.897	79.622
Nº médio de acções em circulação	200.000	200.000
Resultado por acção (mCve.)	<u>0,854</u>	<u>0,398</u>

28. DIVIDENDOS POR ACÇÃO

Durante os exercícios de 2014 e 2013, a Companhia efectuou a distribuição de dividendos relativos ao resultado líquido obtido em 2013 e 2012, respectivamente, conforme apresentado no quadro seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado líquido atribuído (mCve.)	47.773	40.119
Nº acções	<u>200.000</u>	<u>200.000</u>
Dividendos por acção (Escudos)	<u>238,865</u>	<u>200,595</u>

29. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Companhia as empresas do Grupo Fidelidade, outros accionistas relevantes (Grupo Caixa Geral de Depósitos e o Estado de Cabo Verde) e os órgãos de gestão.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as demonstrações financeiras da Companhia, incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2014								Total
	Grupo Fosun			Grupo Caixa Geral de Depósitos				Total	
	Estado de Cabo Verde	Cares RH S.A.	Fidelidade	Caixa Geral de Depósitos	Banco Comercial do Atlântico	Banco Interatlântico	A Promotora		
<b>Activo</b>									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	40.437	2.402	-	-	42.839
Activos disponíveis para venda	-	-	-	-	243.559	-	39.730	3.000	286.289
Empréstimos e contas a receber	23.165	-	-	-	361.426	231.115	-	-	615.706
Outros devedores por operações de seguros e outras operações									
Contas a receber por operações de seguro directo	2.416	-	-	-	1.981	-	-	-	4.398
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações	732	-	-	-	-	-	-	-	732
	<u>26.314</u>	-	-	-	<u>647.404</u>	<u>233.517</u>	<u>39.730</u>	<u>3.000</u>	<u>949.965</u>
<b>Passivo</b>									
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	(37.818)	-	-	-	-	-	(37.818)
Outros credores por operações de seguros e outras operações									
Contas a pagar por operações de seguro directo	-	-	-	-	144	-	-	-	144
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	<u>(37.818)</u>	-	<u>144</u>	-	-	-	<u>(37.674)</u>
<b>Resultado</b>									
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	16.195	(98.113)	86.062	-	34.749	-	264	-	39.157
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	(20.672)	-	(1.263)	-	-	(541)	(22.476)
Comissões e part. nos result. resseguro	-	-	(20.918)	-	-	-	-	-	(20.918)
Rendimentos	-	-	-	-	8.688	14.905	-	-	23.593
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	224.130	-	-	-	-	224.130
	<u>16.195</u>	<u>(98.113)</u>	<u>44.472</u>	<u>224.130</u>	<u>42.175</u>	<u>14.905</u>	<u>264</u>	<u>(541)</u>	<u>243.487</u>

Conforme descrito na Nota 6, em 2014 registou uma mais-valia de mCve. 224.130 na alienação à Caixa Geral de Depósitos de uma parcela da sua participação no Banco Comercial do Atlântico, S.A..

	2013						Total
	Grupo Caixa Geral de Depósitos						
	Estado de Cabo Verde	Fidelidade Mundial	Banco Comercial do Atlântico	Banco Interatlântico	A Promotora	Promoleasing	
<b>Activo</b>							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	10.622	3.165	-	-	13.787
Activos disponíveis para venda	-	-	529.167	-	39.730	3.000	571.897
Empréstimos e contas a receber	123.165	-	8.568	23.060	-	-	154.793
Outros devedores por operações de seguros e outras operações							
Contas a receber por operações de seguro directo	10.337	-	7.805	-	-	-	18.142
Contas a receber por outras operações	3.492	-	105	812	-	-	4.409
	<u>136.994</u>	-	<u>556.267</u>	<u>27.037</u>	<u>39.730</u>	<u>3.000</u>	<u>763.028</u>
<b>Passivo</b>							
Depósitos recebidos de resseguradores	-	(21.029)	-	-	-	-	(21.029)
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	(69.739)	-	-	-	-	(69.739)
Contas a pagar por outras operações	-	-	(2.085)	(10.282)	-	-	(12.367)
	-	<u>(90.768)</u>	<u>(2.085)</u>	<u>(10.282)</u>	-	-	<u>(103.135)</u>
<b>Resultado</b>							
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	28.803	(125.470)	38.644	11.314	59	-	(46.650)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	(21.261)	(3.052)	-	-	-	(24.313)
Comissões e part. nos result. resseguro	-	3.323	-	-	-	-	3.323
Rendimentos	5.299	-	2.085	10.282	-	-	17.666
	<u>34.102</u>	<u>(143.408)</u>	<u>37.677</u>	<u>21.596</u>	<u>59</u>	-	<u>(49.974)</u>

Órgãos de gestão

Em 2014, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros dos Conselhos de Administração da Companhia ascenderam a mCve.17.358 (mCve. 10.671 no exercício de 2013).

**30. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

A Demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 encontra-se apresentada em separado.

**31. COMPROMISSOS**

A Companhia não tem quaisquer compromissos contratuais referentes à aquisição de activos fixos tangíveis e intangíveis, para além dos contratos de locação financeira (Nota 10).

**32. PASSIVOS CONTINGENTES**

A Companhia não tem quaisquer passivos contingentes adicionais para além dos passivos contingentes relacionados com a actividade normal da Companhia (sinistros).

**34. ELEMENTOS EXTRAPATRIMONIAIS**

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não tinha assumido qualquer compromisso por garantias prestadas, para além das que decorrem da actividade corrente, nomeadamente, dos seguros do ramo caução.

**37. OUTRAS INFORMAÇÕES**

Com o objectivo de facilitar a leitura das demonstrações financeiras da Garantia em 31 de Dezembro de 2014, apresentam-se de seguida, algumas notas adicionais (Notas 38 a 41), não obrigatórias.

38. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

A composição desta rubrica é a seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contas a receber por operações de seguro directo:		
Recibos por cobrar:		
Ramo automóvel	28.172	25.967
Ramo acidentes de trabalho	26.351	21.668
Outros ramos	109.857	173.606
	<u>164.380</u>	<u>221.241</u>
Reembolsos de sinistros:		
Ramo automóvel	3.090	3.056
Reembolsos emitidos de outros ramos	59.961	75.392
	<u>63.051</u>	<u>78.448</u>
Mediadores:		
Comissões	2.373	2.552
Contas correntes	2.086	1.161
Comissões a receber	90	200
Co-seguradores:		
Contas correntes	10.146	5.548
Outros saldos	13.762	19.112
	<u>28.457</u>	<u>28.573</u>
	<u>255.888</u>	<u>328.262</u>
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 13)	<u>(55.969)</u>	<u>(54.960)</u>
	<u>199.919</u>	<u>273.302</u>
Contas a receber por outras operações de resseguro:		
Contas correntes de resseguradores	79.352	55.415
Contas correntes de ressegurados	3.695	3.695
	<u>83.047</u>	<u>59.110</u>
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 13)	<u>(3.663)</u>	<u>(3.663)</u>
	<u>79.384</u>	<u>55.447</u>
Contas a receber por outras operações:		
Devedores diversos	105.811	74.486
Pessoal	34.066	25.902
	<u>139.877</u>	<u>100.388</u>
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 13)	<u>(29.145)</u>	<u>(18.769)</u>
	<u>110.732</u>	<u>81.619</u>
	<u>390.035</u>	<u>410.368</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, os ajustamentos para devedores de cobrança duvidosa afecta a devedores por operações de resseguro refere-se a um litígio com um ressegurador, aos saldos de resseguradores considerados de difícil cobrabilidade e a saldos a receber de ressegurados.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Devedores diversos” apresenta o seguinte detalhe por entidade:

	2014	2013
MSF-Moniz da Maia	16.874	-
Flaviano de Jesus Galina Monteiro	8.522	-
Hospital Agostinho Neto	7.495	4.598
Hiper Peças Lda	6.361	6.361
Fernando Frazão Silva	6.000	-
Fidelidade Companhia de Seguros	4.114	8.805
Milenio Tour	3.000	-
Sambala Furnishings	2.841	159
António Lopes da Moura	2.753	-
Atlantictours, Lda.	2.700	2.700
Olicar, Lda.	2.637	1.924
Dunas Beach Resort & SPA, Lda.	2.596	-
Costa Duarte - Correctora de Seguros	2.174	1.804
A Promotora	2.158	539
Auto Center	2.045	2.148
Câmara Municipal de S. Vicente	1.782	1.820
EGS-Correctora de Seguros	1.718	1.423
Stand Moderno	1.589	1.108
Tribunal de Porto Novo	1.547	1.547
Paradise Beach Resort	1.172	586
Moura Company	1.139	1.378
Universal Seguros, S.A.	1.042	4.859
Oficina Joel Évora	-	3.790
Tudodirecto.com	-	2.073
Tecniciil Imobiliária	-	1.792
Hiperpeças - Suprimentos	-	1.405
Sogei - Engenharia e Construção, S.A.	-	1.012
Outros	23.552	22.655
	<u>105.811</u>	<u>74.486</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 o valor a receber da MSF-Moniz da Maia corresponde a prémios em dívida, com plano de pagamentos definido.

Em 31 de Dezembro de 2014, o valor a receber de Flaviano de Jesus Galina Monteiro diz respeito a dois recibos de reembolso que se encontravam pendentes de cobrança, tendo o respectivo saldo sido transferido para a rubrica de “Devedores diversos” pois aguarda a concretização do registo de uma penhora já efectuada sobre um imóvel para cobertura deste saldo.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor a receber do Hospital Agostinho Neto corresponde a montantes adiantados pela Companhia no âmbito de protocolos de assistência médica em consequência de sinistros ocorridos.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o valor a receber da Hiperpeças contém o montante de mCve. 1.405 correspondente a suprimentos concedidos remunerados a uma taxa fixa de 4,5% e com data de reembolso em Abril de 2010. Este montante encontra-se vencido e em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 encontrava-se totalmente provisionado.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor a receber da Stand Moderno, Oficina Joel Évora, Hiperpeças e Olicar, Lda. correspondem a montantes adiantados pela Companhia no âmbito de protocolos de fornecimento de peças para reparação de automóveis em consequência de sinistros ocorridos.

Periodicamente, a Companhia efectua uma análise colectiva do risco de cobrabilidade dos recibos por cobrar registados em balanço, de modo a identificar e quantificar as perdas por imparidade a registar como “Ajustamentos de recibos por cobrar” (Nota 13). Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor de balanço dos recibos por cobrar de segurados apresentava a seguinte composição:

	2014						Total
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 a 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias a 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano	Perdas por imparidade	
Ramo Vida	1.357	142	18	43	3.740	(606)	4.694
Ramo não vida:							
Automóvel	1.490	6.166	338	1.936	18.623	(9.547)	19.005
Acidentes de trabalho e doença	1.896	4.426	2.189	3.105	12.539	(19.614)	4.541
Incêndio e outros danos	5.382	9.969	2.116	567	13.185	(9.162)	22.057
Transportes	8.253	997	889	746	61.968	(16.195)	56.658
Responsabilidade civil	44	442	97	256	365	(120)	1.085
Outros	81	161	38	108	709	(725)	371
	17.146	22.161	5.667	6.717	107.389	(55.363)	103.717
	18.503	22.302	5.685	6.761	111.129	(55.969)	108.411

	2013						Total
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 a 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias a 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano	Perdas por imparidade	
Ramo Vida	60	141	1.113	1.734	8.391	(5.341)	6.098
Ramo não vida:							
Automóvel	7.843	281	443	4.765	12.635	(9.048)	16.919
Acidentes de trabalho e doença	2.434	4.893	3.280	4.204	7.518	(13.050)	9.279
Incêndio e outros danos	42.242	6.529	1.307	2.585	27.741	(19.127)	61.277
Transportes	181	530	50.831	8.511	14.565	(6.764)	67.854
Responsabilidade civil	4.428	97	97	-	448	(578)	4.492
Outros	47	656	-	155	556	(1.052)	362
	57.175	12.986	55.958	20.220	63.463	(49.619)	160.183
	57.235	13.127	57.071	21.954	71.854	(54.960)	166.281

### 39. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2014	2013
Contas a pagar por operações de seguro directo:		
Mediadores:		
Conta corrente	2.348	2.631
Comissões a pagar	1.110	1.400
Comissões a receber	562	479
Tomadores de seguro:		
Estornos a pagar	26.098	26.145
Prémios recebidos antecipadamente	67.293	39.589
Co-seguradoras:		
Conta corrente	949	949
Outros saldos	18.899	19.306
	117.259	90.499
Contas a pagar por outras operações de resseguro:		
Contas correntes de resseguradores	138.010	170.302
Contas a pagar por outras operações:		
Credores diversos	57.854	31.971
Fornecedores	16.311	16.844
Pessoal	2.552	1.727
Outros	193	98
	76.910	50.640
	332.179	311.441

A rubrica “Credores diversos” apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Bocar - Sociedade Comercial de Veículos	20.842	-
Enapo, S.A.	7.006	-
Promoleasing - Sociedade de Locação Financeira, S.A	8.098	8.272
BCA - Acidentes de Viação	2.375	2.374
Tropictur - Delegação da Praia	2.000	-
Cabo Verde Motor	1.571	-
Adrião Monteiro Vaz dos Reis	1.000	1.000
Protege Corretora	-	471
Protege - Prestação de Contas	-	241
Outros	14.962	19.613
	<u>57.854</u>	<u>31.971</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o valor a pagar à Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira, S.A. corresponde ao valor em dívida no âmbito de contratos de locação financeira (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2014 o valor a pagar à Bocar – Sociedade Comercial de Veículos, S.A. corresponde ao valor em dívida na sequência da aquisição de viaturas de serviço próprio.

#### 40. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<b>Activo</b>		
Acréscimos de proveitos		
Rendimentos a receber de títulos	9.268	10.477
Juros de depósitos a prazo	15.190	1.071
	<u>24.458</u>	<u>11.548</u>
Gastos diferidos:		
Publicidade e propaganda	-	2.615
Seguros	674	674
Comissões relativas a obrigações	107	195
Outros	1.518	1.802
	<u>2.299</u>	<u>5.286</u>
	<u>26.757</u>	<u>16.834</u>
<b>Passivo</b>		
Proveitos diferidos:		
Outros proveitos diferidos	1	1
Acréscimos de gastos:		
Encargos com férias e subsídio de férias	25.448	25.576
Acerto de comissões de resseguro cedido - Ramo automóvel	13.378	18.756
Prémio de produtividade a pagar aos colaboradores e órgãos sociais	10.064	12.146
Juros a liquidar	12	19
Outros acréscimos de custos	7.329	14.306
	<u>56.232</u>	<u>70.804</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica “Outros gastos diferidos” corresponde a pensões pagas antecipadamente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a rubrica “Acréscimos de Proveitos – Rendimentos a receber de títulos” inclui juros de cupões de obrigações a receber nos montantes de mCve. 7.649 e mCve. 6.985, respectivamente (Nota 6.2). Inclui ainda rendimentos relativos aos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) nos montantes de mCve. 1.619 e mCve. 788, respectivamente.

No exercício de 2014, a Companhia realizou os seguintes acertos de comissão:

- Pagamento de mCVE. 4.678 no âmbito da revisão da taxa de sinistralidade de 2010, tendo utilizado a totalidade da provisão constituída relativa ao ano de 2010;
- Pagamento de mCVE. 1.230 no âmbito da revisão da taxa de sinistralidade de 2011, tendo utilizado a provisão constituída de mCVE. 1.230 relativa ao ano de 2011.

#### 41. OUTROS RENDIMENTOS / GASTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Outros rendimentos / gastos técnicos, líquido de resseguro:		
Rendimentos e ganhos não correntes		
Restituição de impostos		
Outros	3.504	433
Seguros		
Outros	3.682	1.560
Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	952	666
Diferenças de câmbio favoráveis (Nota 19)	660	4.024
Outros rendimentos e ganhos financeiros	13	210
	1.625	4.900
Outros	50	5
	<u>8.861</u>	<u>6.898</u>
Outros rendimentos / gastos:		
Gastos e perdas não correntes		
Donativos	(3.334)	(4.568)
Mecenato	(10.575)	(9.655)
	<u>(13.909)</u>	<u>(14.223)</u>
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados		
Diferenças de câmbio desfavoráveis (Nota 19)	(265)	(427)
Outros gastos e perdas financeiras	(1.296)	(1.480)
	<u>(1.561)</u>	<u>(1.907)</u>
	<u>(15.470)</u>	<u>(16.130)</u>

## Inventário de participações e Instrumentos financeiros

Anexo 1

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

Designação	Qde.	Montante do valor nominal	%do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço		Valor de balanço 2013	
						Unitário*	Total	Unitário*	Total
<b>1- Instrumentos de capital e unidades de participação</b>									
1.1 - Acções									
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	76.322	76.322		1,00	76.322	3,191	243.559	3,191	529.166
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L	50.000	50.000		1,00	50.000	0,795	39.730	0,795	39.730
CVC - Construções de Cabo Verde S.A.R.L.	2.637	21.968		8,33	21.968	6,746	17.790	6,746	17.789
SCT - Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	2.417	15.505		6,41	15.505	6,436	15.556	6,436	15.556
Promoleasing, Sociedade de Locação financeira, Sociedade Unipessoal Anónima	3.000	3.000		1,00	3.000	1,000	3.000	1,000	3.000
Hiperpeças - Sociedade de Manutenção e Teste de Viaturas Auto para Inspeção	5.700	5.700		1,00	5.700	0,000	-	1,000	-
<b>sub-total</b>					<b>172.495</b>		<b>319.635</b>		<b>605.241</b>
1.2 - Títulos de participação									
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	22.222	22.222		1,00	22.222		23.165		23.166
<b>sub-total</b>					<b>22.222</b>		<b>23.165</b>		<b>23.166</b>
<b>2 - Títulos de dívida</b>									
2.1 -De dívida pública									
Obrigações									
Obrigações do Tesouro Caboverdiano		100.000	100		100.000		-		100.000
<b>sub-total</b>					<b>100.000</b>		<b>-</b>		<b>100.000</b>
2.1 -De outros emissores públicos									
Obrigações									
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L - Tranche E	50.000	50.000	100		50.000	1,000	50.000	1,000	50.000
<b>sub-total</b>					<b>50.000</b>		<b>50.000</b>		<b>50.000</b>
2.1 -De outros emissores									
Obrigações									
SOGEI- Sociedade de Gestão e Investimentos, S.A.	39.966	39.966	100		39.966	1,000	39.966		39.966
Banco Interatlântico, S.A	4.612	23.060	100		23.060	5,000	23.060	5,000	23.060
Tecnici Imobiliária, S.A.	20.000	20.000	100		20.000	0,000	-	1,000	20.000
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	10.710	10.710	100		10.710	0,600	6.426	0,800	8.568
CVFF- Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	9.998	9.998	100		9.998	1,000	9.998	1,000	9.998
Tecnici Indústria, S.A	7.120	7.120	100		7.120	0,000	-	1,000	7.120
SOGEI- Sociedade de Gestão e Investimentos, S.A.	59.949	59.950	100		59.950	0,000	-	0,000	-
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	10.710	10.710	100		10.710	0,000	-	0,000	-
<b>sub-total</b>					<b>181.514</b>		<b>79.450</b>		<b>108.712</b>
<b>3 - TOTAL GERAL</b>					<b>526.231</b>		<b>472.250</b>		<b>887.119</b>

**Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos  
em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correcções)**

Anexo 2

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2013 **	Custos com sinistros * - Montantes pagos no exercício	Provisão para sinistros * em 31/12/2014	Reajustamentos* (3) + (2) - (1)
	(1)	(2)	(3)	(3) + (2) - (1)
				0
Não vida				
Acidentes e doença	101.869	17.892	115.305	31.328
Incêndio e outros danos	13.331	1.188	3.053	(9.090)
Automóvel	439.285	126.043	274.153	(39.089)
Transportes	46.166	36.477	(3.631)	(13.320)
Responsabilidade civil geral	3.479	2.866	2.445	1.832
Diversos	54.648	19.625	27.834	(7.189)
<b>TOTAL</b>	<b>658.778</b>	<b>204.091</b>	<b>419.159</b>	<b>(35.528)</b>

\* Sinistros do ano de subscrição de N-1 e anteriores

\*\* Não inclui provisão matemática.

**Discriminação dos custos com sinistros**

Anexo 3

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	MONTANTES PAGOS (Prestações)	MONTANTES PAGOS (Custos de gestão de sinistros imputados)	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA SINISTROS	CUSTOS COM SINISTROS (4) = (1) + (2) + (3)
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (2) + (3)
Vida	5.000	-	(274)	4.726
Não vida:				
Seguro directo				
Acidentes e doença	23.475	8.141	(5.480)	26.136
Incêndio e outros danos	17.272	1.173	16.781	35.226
Automóvel	295.167	56.857	31.611	383.635
Transportes	41.465	774	25.186	67.425
Responsabilidade civil geral	3.823	1.334	2.056	7.213
Diversos	19.206	159	(26.839)	(7.474)
<b>TOTAL</b>	<b>400.408</b>	<b>68.438</b>	<b>43.315</b>	<b>512.161</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>405.408</b>	<b>68.438</b>	<b>43.041</b>	<b>516.887</b>

**Discriminação de alguns valores por ramo**

Anexo 4

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS *	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS *	SALDO DE RESSEGURO
<b>SEGURO DIRECTO</b>					
Vida	50.241	50.241	4.726	(50.416)	26.304
Não vida					
Acidentes e doença	193.258	190.970	26.137	(94.922)	86.708
Incêndio e outros danos	227.601	226.158	35.226	(24.345)	156.531
Automóvel	544.776	545.742	383.635	(145.909)	89.652
Transportes	68.074	67.567	67.425	(11.623)	(17.230)
Responsabilidade civil geral	65.724	59.251	7.212	(31.965)	48.471
Diversos	11.904	14.807	(7.474)	(25.595)	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.111.337</b>	<b>1.104.495</b>	<b>512.161</b>	<b>(334.359)</b>	<b>364.132</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.161.578</b>	<b>1.154.736</b>	<b>516.887</b>	<b>(384.775)</b>	<b>390.436</b>

\* Sem dedução da parte dos Resseguradores.



**16. Relatório e Parecer do Fiscal Único**



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Ao Conselho de Administração  
da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.

### **Introdução**

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (Companhia), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, que evidencia um total de mCve. 2.936.174 e um capital próprio de mCve. 1.025.636, incluindo um resultado líquido de mCve. 170.897, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações dos Resultados e de Outro Rendimento Integral, das Variações do Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa no exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas 1 a 41).

### **Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras**

2. O Conselho de Administração da Companhia é responsável pela preparação e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector segurador, e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

### **Responsabilidade do Auditor**

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada como base para a nossa opinião de auditoria.

**Opinião**

- 6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. em 31 de Dezembro de 2014, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector segurador.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2015

Deloitte & Associados, SROC S.A.

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas da  
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (Companhia) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Companhia, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Companhia as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, a Conta de ganhos e perdas e as Demonstrações dos resultados e de outro rendimento integral, das variações do capital próprio e dos fluxos de caixa e o respectivo anexo, bem como o Relatório de Gestão, preparado pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data. Como consequência do trabalho de auditoria, emitimos nesta data o Relatório de Auditoria, sem reservas ou ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Companhia o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2015



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira







**Garantia**  
seguros